



CCR S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.846.056/0001-97



Demonstrações Financeiras 2010



Relatório da Administração

1. Aos Acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da CCR S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes.

2. Apresentação

A CCR S.A. (CCR) é uma holding cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metrorviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participação em outras sociedades. Diante disso, além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios correlatos.

A criação da CCR foi o resultado de uma decisão estratégica dos seus acionistas fundadores, para concentrar os esforços dos mesmos em uma só empresa, aumentando o desempenho de cada concessionária e agregando maior valor aos negócios.

A CCR atualmente detém 100% do capital social da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. (AutoBAN), da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra), da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte), da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos), da Concessionária das Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. (ViaOeste), 95% da Concessionária do Rodanel Oeste S.A. (RodoAnel), 85,92% do capital social da RodoNorte-Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (RodoNorte) e 58% da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro). Por meio de sua controlada CPC, a CCR detém 100% das Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias), 40% da Renovias Concessionária S.A. (Renovias) e 45% da Controlar S.A. (Controlar). Além disso, a CCR detém, direta ou indiretamente, 100% do capital social da Actua Assessoria S.A., da Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L.de C.V., da CCR - USA, LLC, da Inovap 5 - Administração e Participações Ltda (Inovap 5); 100% da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (SAMM) e da CPCSP - Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP); 100% da Companhia de Participações em Concessões (CPC); 99% do Consórcio Operador Rodovias Integradas (CORI), direta e indiretamente, por intermédio da CPC e da Inovap 5; 85,92% do capital social das Parques Serviços Ltda. (Parques) e 38,25% do capital social da STP Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP).

Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorrer em novas concessões, por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas (PPP) de governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como aquisições de outras concessionárias já existentes. E também parte integrante de sua estratégia a exploração de atividades relacionadas à atividade principal, além de buscar novas oportunidades no mercado internacional, assim como concessões metrorviárias e urbanas.

3. Mercado

A partir de 1994, os governos Federal e Estaduais estabeleceram programas de concessão, entre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriundo de empréstimos de longo prazo, concedidos pelo sistema financeiro nacional e estrangeiro, juntamente com investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias, dos governos Federal e Estaduais continuam a indicar a continuidade de novas oportunidades de crescimento para a empresa por meio de novas licitações no mesmo conceito das atuais concessões. No final de 2004, foi aprovada no Congresso Nacional a regulamentação das PPP-Parcerias Pública Privada, que pode significar a expansão do nosso mercado de atuação.

O Brasil conta com aproximadamente 1.765.278 km de rodovias sendo que desses, 211.680 km são pavimentados, e 15.458,32 km são atualmente operados pela iniciativa privada.

Em outubro de 2007, o governo Federal licitou sete rodovias com uma extensão total de aproximadamente 2.600 km. O leilão foi promovido pelo Ministério dos Transportes e pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), sendo o seu critério de julgamento o menor valor de tarifa de pedágio.

Em março de 2008, o governo do Estado de São Paulo licitou o trecho Oeste do Rodanel Mário Covas, concessão onerosa, interligação entre os corredores de acesso à metrópole de São Paulo-SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116. A CCR foi o licitante que apresentou o menor valor de tarifa básica de pedágio ofertada e passou a explorar esse trecho a partir de junho 2008.

Em outubro de 2008, o governo do Estado de São Paulo licitou cinco rodovias com uma extensão total de aproximadamente 1.763 km. O leilão foi promovido pela ARTESP (Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo), sendo o seu critério de julgamento o menor valor de tarifa de pedágio.

Em abril de 2010, o governo do Estado da Bahia promoveu, por meio da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado da Bahia e do Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia, licitação visando à outorga de concessão de serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário, composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, na região metropolitana de Salvador. O critério de julgamento desta licitação foi o menor valor de tarifa de pedágio ofertada.

Em novembro de 2010, o governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo-ARTESP, realizou a licitação visando a outorga de concessão onerosa do Trecho Sul do Rodanel Mário Covas e da construção e posterior exploração do Trecho Leste do aludido Rodanel. O critério de julgamento desta licitação também foi o menor valor de tarifa de pedágio ofertada.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Destques Em R\$ mil	2010	2009
Receita Bruta	5.043.710	4.115.646
Receita de Pedágio	3.864.273	3.209.250
Receita de Construção (IAS 11)	881.402	728.316
Outras Receitas	298.035	178.080
(-) Deduções da Receita Bruta	386.454	297.993
Receita Líquida	4.657.256	3.817.653
(-) Custos Totais (1)	2.956.004	2.285.424
EBIT	1.701.252	1.532.229
Margem EBIT (*)	45,1%	49,6%
(+) Depreciação/amortização	319.569	237.296
(+) Provisão de manutenção	157.638	95.933
(+) Despesas Antecipadas	80.315	52.292
EBITDA	2.258.774	1.917.747
Margem EBITDA (*)	59,8%	62,1%
(-) Resultado Financeiro Líquido	627.938	434.034
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	395.806	379.882
Participação dos Minoritários	5.786	9.572
Lucro Líquido	671.722	708.741
Divida Bruta	6.711.481	5.037.699
Investimentos	951.217	961.557
Veículos equivalentes (em milhares)	868.557	700.651

(1) Custos Totais: Custos dos serviços prestados + Despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais.

(*) As margens EBIT e EBITDA são calculadas sobre a receita líquida, sem levar em conta a receita de construção.

Pro Forma-Em R\$ mil ⁽¹⁾	2010	2009
Receita Líquida Ajustada	3.775.854	3.089.337
EBIT Ajustado	1.717.533	1.479.174
Margem EBIT Ajustada	45,5%	47,9%
EBITDA Ajustado	2.327.496	1.960.473
Margem EBITDA Ajustada	61,6%	63,5%

(1) O Pro Forma apresentado acima reflete o resultado da companhia antes do IFRS, portanto, todas as linhas sofreram os seus devidos ajustes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC e aplicadas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, divulgadas em 17 de março de 2011.

Receita Operacional Consolidada
A receita de pedágio em 2010 representou 76,6% do total da receita. O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego, que, medido em termos de veículos equivalentes, teve aumento de 24,0%. Além disso, a tarifa média apresentou uma redução de 2,9%, devido à modificação do sistema de arrecadação na concessionária ViaOeste, onde proporcionalmente o percentual do aumento de tráfego foi maior do que o registrado na receita de pedágio.

Custos Totais
Os Custos Totais (Custo dos Serviços Prestados somados às Despesas Administrativas) atingiram R\$ 2.956.004 mil no ano de 2010, apresentando um aumento de 29,3% em relação a 2009. Os principais motivos dessas variações são indicados abaixo:

O Custo de Construção atingiu R\$ 881.403 mil, registrando aumento de 64,3%. Esse aumento deveu-se à adição de novos custos de manutenção nas concessionárias AutoBAN (+47,8%), ViaQuatro (+129,3%) e NovaDutra (+46,2%).

A Provisão de Manutenção alcançou R\$ 157.638 mil, registrando aumento de 64,3%. Esse aumento deveu-se à adição de novos custos de manutenção nas concessionárias AutoBAN (+76,4%), NovaDutra (+66,5%) e RodoNorte (+75,2%).

As despesas de Depreciação e Amortização somaram R\$ 319.569 mil no ano de 2010. O aumento de 34,7% refere-se ao maior tráfego apurado no período e, consequentemente, à maior taxa de depreciação/amortização.

O custo da Outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 310.577 mil. O aumento de 16,2% deveu-se à parcela variável da outorga, que é resultado do crescimento da receita bruta, à parcela fixa que foi reajustada em julho/10 nas concessionárias AutoBAN, ViaOeste e Renovias.

O custo de Serviços, atingiu R\$ 631.648 mil no ano de 2010. O aumento de 46,0% decorreu principalmente do "Custo Direto", gastos não periódicos ou emergenciais, para recomposição da infraestrutura concedida.

O custo com Pessoal atingiu R\$ 359.691 mil no ano de 2010, registrando aumento de 21,8%. Esse aumento foi devido principalmente ao dissídio de 4% ocorrido em março/10 e ao aumento do quadro de funcionários (+613 funcionários).

Os Outros Custos (seguros, aluguéis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) atingiram R\$ 295.476 mil no ano de 2010. O aumento de 21,4% foi devido principalmente aos maiores custos com ações de publicidade e marketing.

Resultado financeiro
No ano de 2010, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 627.938 mil, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 434.034 mil em 2009. Esse aumento deveu-se principalmente ao maior estoque da dívida.

Divida
Em 2010, a dívida bruta da CCR cresceu 33,2% em relação ao ano de 2009. Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representava, em 2010, 83,3%, e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representava 72,5%, comparado a 78,5% e 80,4%, respectivamente, no ano de 2009. O crescimento da dívida foi devido principalmente a AutoBAN (Emissão de Debêntures em abril/10 no valor de R\$ 130 milhões, Emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 50 milhões e Emissão de Debêntures no valor de R\$ 75 milhões, em Novembro/10), RodoNorte (Emissão de Debêntures em maio/10 no valor de R\$ 200 milhões), NovaDutra (Emissão de Debêntures em outubro/10 no valor de R\$ 500 milhões) e SPVias (Emissão de Debêntures em outubro/10 no valor de R\$ 800 milhões).

Investimentos
No acumulado do ano de 2010 os investimentos somaram R\$ 951.217 mil. As concessionárias que mais investiram foram AutoBAN, NovaDutra, ViaQuatro e ViaOeste, representando respectivamente 23,4%, 18,4%, 25,3% e 10,6% do total. A AutoBAN investiu principalmente nas obras do Complexo Anhangüera e melhorias viárias realizadas na Marginal Tietê. A NovaDutra investiu principalmente nas marginais do Rio de Janeiro e na implantação da bidirecionalidade na Praça de Parateli Norte e Sul. O investimento da ViaQuatro foi o recebimento dos trens e sistemas para o início da operação. A Concessionária ViaOeste investiu principalmente na ampliação das marginais na SP-270 do Km 95 ao 105.

Dividendos

A Administração da CCR propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas referentes ao exercício de 2010 de R\$ 0,228309 por ação, totalizando R\$ 100.775 mil, montante a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Considerando-se a antecipação de dividendos pagos em 30 de setembro de 2010 de R\$ 1,70 por ação, teremos como resultado um "payout" de 126,7%, referente ao exercício fiscal de 2010.

5. Destaques do ano de 2010

Reorganização societária do Grupo CCR:

No dia 31 de maio de 2010, foi concluído o processo de reorganização societária do Grupo CCR, cujo início foi comunicado ao mercado mediante Fato Relevante publicado em 13 de maio de 2010, mediante a incorporação pela CCR de sua controlada Actua Serviços Compartilhados Ltda. (Actua Serviços), criando a Divisão Actua e a incorporação pela CPC (também controlada da CCR) da Engelog-Centro de Engenharia Ltda. (Engelog), sendo que as áreas de engenharia e tecnologia da informação foram separadas, criando respectivamente as Divisões Engelog e Engolotec. Referidas Divisões têm autonomia de gestão e foco nos resultados das respectivas áreas de atuação. Tais incorporações tiveram por objetivo propiciar uma melhor gestão dos ativos do Grupo CCR, além de oferecer um importante diferencial no processo de análise e avaliação de novos negócios.

Novos Negócios:

No dia 22 de outubro de 2010, a CCR divulgou Comunicado ao Mercado, informando sobre a conclusão das etapas previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas celebrado em 3 de agosto de 2010 e no Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças celebrado em 25 de agosto de 2010, conforme divulgados pela CCR ao mercado nas referidas datas, por meio dos quais a sua controlada CPC passou a deter a totalidade das ações do capital social das SPVias. O investimento total do Grupo CCR nos referidos Contratos foi de R\$1,3 bilhões (valores corrigidos e ajustados).

Venda de participação da Brisa-Consolidação do Poder de Controle:

No dia 22 de junho de 2010, a CCR divulgou Fato Relevante, em decorrência de informação recebida da Brisa Participações e Empreendimentos Ltda ("BRISA"), detentora até então, de 16,35% de ações emitidas pela Companhia, de que sua controladora Brisa Internacional SGPS, S.A. ("BRISA INTERNACIONAL"), havia firmado com os demais acionistas controladores da CCR, Andrade Gutierrez Concessões S.A. ("AG"), Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. ("CICII") e Soares Penido Concessões S.A. ("SP") um Acordo, com intervenção da BRISA, cujo objeto era a venda de 6,00% das ações emitidas pela Companhia e participações relacionadas, de titularidade da BRISA, pelo preço global de R\$ 990 milhões.

No dia 23 de setembro de 2010, a CCR divulgou Comunicado ao Mercado, retransmitindo informação recebida de seus acionistas AG, CICII, SP e Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. ("SPO") ("em conjunto, "Grupos Controladores") e ainda BRISA, acerca da conclusão da venda de ações representativas de 6% do capital social da Companhia, até então detidas pela BRISA, aos demais Grupos Controladores, refletidas na celebração de aditamentos ao Acordo de Acionistas da CCR ("Acordo de Acionistas"), permanecendo o controle da Companhia sob titularidade dos Grupos Controladores e suas empresas afiliadas, mediante a respectiva vinculação de 51,01% de ações representativas do capital social da Companhia ao Acordo de Acionistas.

No dia 16 de dezembro de 2010, a CCR comunicou ao mercado que recebeu o informação da BRISA INTERNACIONAL, a respeito da alienação de 29.776.916 ações ordinárias de emissão da CCR, representativas de 6,746% de tal classe, sob sua propriedade, por meio de operações realizadas no dia 15 de dezembro de 2010 na BMAF BOVESPA, deixando, assim, de deter qualquer participação na Companhia.

Dividendos:

No dia 28 de abril de 2010, os Acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Ordinária, a distribuição complementar de dividendos relativos ao ano de 2009, proposta pela diretoria da companhia, no valor de R\$ 0,23 por ação, distribuídos a partir do dia 04 de maio do referido exercício.

A partir de 30 de setembro de 2010, a CCR iniciou o pagamento de dividendos intermediários de R\$750 milhões, equivalente a R\$1,70 por ação ordinária, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 17 de setembro de 2010, ad referendum da próxima Assembleia Geral Ordinária.

Eventos Relevantes ao mercado:

No dia 19 de novembro de 2010, a CCR realizou o 6º CCR Day.

6. Responsabilidade Corporativa

Empresa socialmente responsável, o Grupo CCR investe fortemente no desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua. São projetos culturais, sociais, esportivos e de meio ambiente que beneficiam usuários, comunidades e a população em geral. Em 2010, o investimento social privado do Grupo CCR totalizou R\$ 12,5 milhões e beneficiou diretamente mais de 1 milhão de pessoas.

Esses recursos viabilizaram a expansão do Programa Estrada para a Cidadania, a extensão por mais um ano do programa Estrada para a Saúde, o apoio aos projetos esportivos voltados à popularização do esporte como instrumento de inclusão social e os projetos culturais Cine Tela Brasil, Circo Roda Brasil e Festa do Teatro que este ano chegou também ao Rio de Janeiro.

Veja abaixo as principais informações sobre os projetos apoiados pelo Grupo CCR em 2010:

Cultura

Cine Tela Brasil

Idealizado pelos cineastas Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi (realizadores dos filmes Bicho de Sete Cabeças, Chega de Saudade e As Melhores Coisas do Mundo), o Cine Tela Brasil conta com duas salas de cinema itinerante que levam cinema brasileiro gratuito para comunidades de baixa renda. Desde seu primeiro ano de estrada, em 2004, o projeto já percorreu 334 cidades onde foram realizadas mais de 4.000 sessões. A taxa de ocupação da sala é de 88%, a maior do Brasil. O projeto já levou cinema para mais de 780 mil espectadores, muitos deles viram cinema pela primeira vez. Setenta e três filmes nacionais já foram exibidos gratuitamente. O público do Cine Tela Brasil em 2010 foi de 85.500 pessoas.

Além das sessões itinerantes, o Cine Tela Brasil propõe que o público passe de espectador a produtor. O projeto ainda realiza Oficinas de Audiovisual nas comunidades e disponibiliza o Portal Tela Brasil (www.telabrasil.com.br). O portal convida o internauta a participar de Oficinas Virtuais, nas quais percorre todo o processo de produção de um filme até chegar à sala de cinema. Oficinas de roteiro, produção, direção, fotografia, trilha sonora, montagem, pós-produção e até de exibição fazem parte do conteúdo disponível gratuitamente ao visitante do portal. A cada oficina, recomendação de bibliografia, de filmografia e ainda exercícios virtuais completam o aprendizado.

Circo Roda

Em 2006, a CCR deu início a uma de suas ações mais ousadas: o apoio à arte cênica. O resultado foi a criação do Cine Roda, que atualmente viaja pelas rodovias do Grupo CCR com o espetáculo DNA, o terceiro do grupo.

A nova montagem tem uma temática intrigante e cheia de vitalidade, que aborda grandes questões da humanidade, como os mistérios de nossa origem e nossos destinos. A linguagem contemporânea do espetáculo está em sintonia com números circenses inovadores e tecnologia de ponta, como projeções com recurso de light graffiti, onde imagens de vídeo interagem ao vivo com o público e com as cenas.

O espetáculo narra por meio de acrobacias, malabarismos, saltos e voos a aventura de Inadequado, um homem desajustado e perdido no tempo, cuja vida virá de ponta-cabeça quando tenta ajudar uma Anja que despencou do céu. Com auxílio de uma cientista, o Homem Original, meio homem meio macaco, eles lutam contra o tempo, o que faz o Inadequado inverter o curso de sua vida, ao invés de envelhecer, rejuvenesce a cada cena.

Festa do Teatro

Como o apoio da CCR já foram realizadas três edições da Festa do Teatro (duas em São Paulo e uma no Rio de Janeiro), distribuindo mais de 70 mil ingressos para peças em cartaz nas duas cidades.

O objetivo é promover e democratizar o acesso à rica diversidade da produção cênica contemporânea brasileira. As peças incluem tanto montagens realizadas por grupos teatrais autônomos quanto grandes produções, permitindo que o público tenha conhecimento da pluralidade cênica oferecida.

A Festa do Teatro é promovida pelo grupo Parlatrappes, pela Chaim Produções e pela J.Leiva Cultura & Esporte. O evento é patrocinado pelo Grupo CCR, por meio da Lei Rouanet de incentivo à cultura.

Música nas Escolas

O Projeto Música nas Escolas abrange todas as escolas da rede municipal de ensino de Barra Mansa, no sul fluminense. No total, são beneficiadas 22 mil crianças e adolescentes, com apoio da CCR NovaDutra, por meio da Lei Rouanet. A iniciação dos alunos começa na pré-escola, e o aprendizado musical evolui até o quinto ano do ensino fundamental.

Do sexto ao nono ano, as aulas de música estão inseridas na disciplina Educação Artística. As aulas de prática instrumental são realizadas nos diversos polos espalhados pelas escolas da cidade, que possibilitam acesso a todos os tipos de instrumentos que compõem as bandas e orquestras do projeto. Além disso, todos os alunos podem chegar ao curso superior de Música, por meio de um convênio firmado entre a Prefeitura e o Centro Universitário Barra Mansa (UBM).

Responsabilidade Social

Estrada para a Cidadania

Todas as concessionárias do Grupo CCR realizam o programa Estrada para a Cidadania, eleito pela IBTTA-principal associação internacional de concessionárias de rodovias o melhor programa de responsabilidade social do setor em todo o mundo. O programa tem o objetivo de disseminar informações sobre segurança de trânsito e cidadania entre os alunos da 4ª série das redes públicas de ensino fundamental nas cidades de atuação das concessionárias do Grupo CCR.

O Estrada para a Cidadania tem um material didático completamente exclusivo e leva em consideração a transversalidade das matérias, ou seja, busca incluir o tema em diversas disciplinas. Visando a inclusão de professores e alunos com deficiência visual, todo o material também é produzido em braile. Também segue os padrões atuais de ilustração, linguagem e leis de trânsito e cidadania.

Para facilitar ainda mais a assimilação do Estrada para a Cidadania pelas escolas, é realizado ainda um treinamento com professores das escolas parceiras. As aulas são semanais e algumas das atividades envolvem também os familiares das crianças, com exercícios que precisam ser feitos em casa. Essa atividade é um importante fator disseminador das informações ensinadas nas salas de aula, que multiplica o número de pessoas impactadas pelo projeto.

Desde a criação do projeto, em 2002, mais de 750 mil crianças tiveram a oportunidade de aprender noções sobre segurança no trânsito, transformando-se em agentes disseminadores de conhecimento e valores sobre a preservação da vida. Em 2010, o Estrada para a Cidadania beneficiou 150 mil crianças e mais de 5 mil professores de 1600 escolas em 72 cidades.

Estrada para a Saúde

Atentas às dificuldades do caminhoneiro em cuidar de sua saúde e aos riscos de acidentes decorrentes de problemas como sono e automedicação, as concessionárias CCR NovaDutra, CCR RodoNorte, CCR AutoBAN, CCR ViaOeste e CCR RodoAnel realizam o programa Estrada para a Saúde.

O programa é a união de todos os projetos de saúde realizados pelas concessionárias do Grupo CCR e oferece acompanhamento contínuo aos caminhoneiros, por meio de exames médicos, tratamento odontológico e serviços gratuitos, além de orientações preventivas para melhorar sua qualidade de vida e bem-estar. Em 2010, o Estrada para a Saúde realizou 13.575 atendimentos.

Parto Humanizado

Todos os meses, 500 gestantes são atendidas pelo Programa de Apoio ao Parto Humanizado, realizado pela CCR RodoNorte nas cidades de Ponta Grossa, Apucarana, Pirai do Sul, Ortigueira e Imbaí, em parceria com as prefeituras e Pastoral da Criança dos Campos Gerais. Em oito anos, o programa já beneficiou mais de 26 mil gestantes.

O objetivo do programa é auxiliar os municípios da área de atuação da CCR RodoNorte na luta pela redução dos índices de mortalidade infantil. Para tanto, a concessionária motiva as gestantes para a realização do exame pré-natal, com a entrega de um enxoval de bebê a todas que comprovarem a realização de no mínimo seis consultas do exame na rede pública de saúde.

Junto com o enxoval, as futuras mães recebem materiais educativos sobre os benefícios do acompanhamento médico adequado para uma gravidez segura, e também sobre os cuidados que devem ter com a criança nos primeiros meses de vida. Elas também assistem a palestras sobre a importância do aleitamento materno, proferidas por funcionários do Banco de Leite e do Instituto de Saúde de Ponta Grossa.

Em Ponta Grossa, o programa contribui com a redução de 43% no índice de mortalidade infantil, segundo informações do Instituto de Saúde da cidade, órgão da prefeitura. Em Pirai do Sul, no primeiro ano de existência, o programa contribuiu com a redução de 14,7% no índice de mortalidade infantil.

Projeto Guri

Criado em 1995 pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo em parceria com a Associação Amigos do Projeto Guri, o projeto tem a missão de promover a inclusão sociocultural por meio do ensino musical.

Hoje o Projeto Guri, que atende mais de 40 mil jovens em mais de 300 municípios, é reconhecido como um dos programas mais bem sucedidos do segmento e oferece, gratuitamente, aulas de instrumentos de corda, sopros, percussão e canto cora para crianças e adolescentes, de 6 a 18 anos.

A CCR AutoBAN é patrocinadora regional do Projeto Guri, contribuindo com 5 pólos nos municípios de Jundiaí, Campinas, Vinhedo, Sumaré e Cordéirópolis e beneficiando mais de 1.100 jovens.

Durante o processo de educação musical trabalha-se, implicitamente, a concentração, disciplina, trabalho em grupo e a apuração da sensibilidade. Além disso, os jovens convivem, se integram, adquirem novos conhecimentos e recebem todo apoio para se desenvolver na escola, em família e na sociedade.

Síndrome Hip Hop

A dança de rua também pode permitir a celebração da inclusão social. O grupo Síndrome Hip Hop é uma prova disso. Formado por alunos da ASIN-Associação para a Síndrome de Down de São José dos Campos (SP), o grupo realiza apresentações de street dance em escolas, instituições e empresas da cidade, estimulando o debate e propiciando a quebra de preconceitos em relação à doença.

O programa de apresentações em 2008 foi patrocinado pela CCR NovaDutra por meio da Lei Municipal de Incentivo Fiscal de São José dos Campos, com apoio da Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

O Grupo Síndrome Hip-Hop já realizou mais de 100 shows, trazendo no currículo apresentações como convidado especial do Festança 2005 e como contratado do projeto Arte nas Escola da Prefeitura joseense.

Zero Álcool

Lançado no início de 2008, o Programa Zero Álcool, por meio de fiscalização e ações educativas, visa à mudança de comportamento dos motoristas e à redução do número de acidentes ao longo do sistema rodoviário, já que grande parte dos acidentes de trânsito com mortes no País decorre da ingestão de bebidas alcoólicas por parte dos motoristas.

Cozinha Brasil

A CCR Ponte, em parceria com o SESI, promove o Programa Cozinha Brasil, curso gratuito que tem como objetivo ensinar técnicas de aproveitamento integral dos alimentos. Os participantes aprendem a preparar receitas saborosas, nutritivas e de baixo custo, e ainda recebem dicas de educação alimentar.

Realizado nas instalações da concessionária e ministrado por uma nutricionista, o curso é destinado ao público externo e tem duração de 8 horas. Ao final, os novos "chefs" recebem um certificado, livro de receitas e estão aptos a preparar um cardápio mais saudável e econômico para toda a família.

Qualificação profissional

A ação de iniciativa social da Concessionária CCR ViaLagos, já formou mais de 900 jovens em situação de risco social, que moram e estudam em escolas próximas à rodovia. Durante nove meses, os jovens adquirem conhecimentos de informática, manutenção e montagem de computadores, e atendimento ao cliente, além de orientações para o autoconhecimento, planejamento pessoal, ética e cidadania.

Eles também participam de palestras sobre empregabilidade, vocação profissional e o mercado de trabalho. Com esta ação, a concessionária contribui para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento profissional de jovens moradores da região de influência da rodovia, que já começam a ser absorvidos pelo mercado de trabalho, alguns deles na própria concessionária.

Sou Sangue Bom

Com a campanha Sou Sangue Bom, o Centro de Hematologia do Paraná (Hemepar) de Ponta Grossa pôde contar com 380 novos doadores de sangue.

A campanha é uma iniciativa da CCR RodoNorte, em parceria com a 3ª Regional de Saúde, com o objetivo de aumentar a coleta mensal de sangue na cidade. Todos os meses, funcionários da concessionária fazem a doação.

Voluntários da Vida

Sensibilizada com a importância da doação voluntária de sangue, a CCR AutoBAN iniciou o Programa Voluntários da Vida em abril de 2006. Uma pesquisa realizada com os 1.162 colaboradores da concessionária revelou que mais de 50% deles desejavam ser doadores regulares de sangue, o que motivou a criação do programa de responsabilidade social.

O objetivo do programa é contribuir com os hemocentros e bancos de sangue da região do Sistema Anhangüera-Bandeirantes, no abastecimento de seus estoques, para beneficiar os pacientes da rede hospitalar que necessitem de sangue. Além disso, orienta e incentiva os colaboradores internos da CCR AutoBAN e das empresas do Grupo CCR (CCR Actua, CCR Engelog e CCR Engolotec) a ser doadores voluntários de sangue.

Nas doze campanhas realizadas até setembro de 2010, em média três por ano, em Jundiaí e Campinas, o Programa Voluntários da Vida reuniu mais de 1.500 doações. As bolsas de sangue, após os exames sorológicos, foram distribuídas aos hospitais públicos e filantrópicos de Jundiaí, Campinas e de toda região de abrangência do sistema

A CCR AutoBAn oferece capacitação aos seus colaboradores para captura e transporte dos animais com equipamentos adequados e preocupação com o bem estar animal. Além disso, é parceira de Centros de Zoonoses e ONGs para a realização de feiras de doação de animais em eventos realizados na região do Sistema Anhanguera-Bandeirantes.

Viveiro de Mudas em Roseira

A CCR NovaDutra patrocina um Viveiro de Mudas na área da Fazenda Boa Vista, em Roseira (SP). O Viveiro está inserido em uma Unidade de Conservação reconhecida pela Unesco como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Criado e mantido pelo CEAVAP-Centro de Estudos Ambientes do Vale do Paraíba, entidade mantenedora da Faculdade de Roseira, o espaço ecológico produzirá 76 mil mudas de espécies remanescentes da mata Atlântica até 2011. O espaço do Viveiro também é utilizado para visitação de alunos de escolas da região.

Parque Natural Jardim Jurema

A CCR NovaDutra apóia a revitalização do Parque Natural Jardim Jurema, em São João de Meriti (RJ), na baixada fluminense. Até 2011 a Concessionária participará da recuperação florestal e modernização do Parque, em ação que inclui plantio de 5 mil nativas de mata.

A área ambiental tem aproximadamente 15 hectares, compreendendo remanescentes de Mata Atlântica em estágio intermediário de regeneração e áreas em estágio inicial. Entre as principais espécies vegetais que compõem o Parque estão exemplares de angico, jacarandá, pau-ferro e ipê. O Parque será transformado em Unidade de Conservação (UC) protegida por lei.

Verde Escola

Com apoio do Grupo CCR, o projeto Verdescola promove ações de educação ambiental na Praça Victor Civita, referência em recuperação de áreas públicas degradadas na cidade de São Paulo. O foco são as crianças, que conhecem as tecnologias ambientais utilizadas na revitalização do espaço e participam de oficinas de reaproveitamento de materiais.

Além de ser um local adequado para atividades educativas sobre o meio ambiente, a Praça Victor Civita é bastante utilizada para atividades esportivas e de lazer, trazendo mais qualidade de vida a todos paulistanos.

7. Gestão de Pessoas no Grupo CCR

A CCR acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa

desenvolveu uma política de Gestão de Pessoas, por meio da qual oferece subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Os resultados desse conjunto de iniciativas demonstram o aumento de satisfação dos colaboradores, que, em 31 de dezembro de 2010, já somavam 6.197 pessoas, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

8. Governança corporativa

Primeira empresa a ingressar no Novo Mercado, o segmento mais exigente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), a Governança Corporativa sempre foi um dos grandes diferenciais da CCR e uma das razões que explicam o sucesso da empresa perante os investidores e o mercado internacional. No ano de 2010 o montante negociado diariamente na Bovespa situou-se em R\$ 42 milhões.

O pioneirismo que marcou o ingresso da Companhia no mais alto nível de governança da Bovespa é visto também dentro de casa. A CCR foi a primeira empresa brasileira a instituir um Comitê de Governança, cuja principal função é avaliar periodicamente o desempenho do Conselho de Administração e do CEO. Isso demonstra o total comprometimento da Companhia e de seus administradores com a transparência e as melhores práticas.

Há ainda outros pontos em que a CCR é considerada exemplo mundial. A administração é profissional e desvinculada das empresas controladoras. Os acionistas têm participações equilibradas, não havendo qualquer veto ou aprovação singular por qualquer dos controladores (quorum especial de 67% para determinadas matérias).

Além disso, a empresa informa anualmente ao mercado, por meio do Formulário de Referência, todos os contratos celebrados entre as empresas do Grupo CCR com partes relacionadas, bem como informa à BMF&Bovespa regularmente, a celebração de contratos celebrados com partes relacionadas, adotando-se as premissas do Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Para que isso ocorra de forma transparente e eficiente, o Plano de Investimentos do Grupo CCR é previamente aprovado para cada um dos negócios e a aplicação dos recursos são financiadas por terceiros que, constantemente, fiscalizam os preços e a execução por meio de engenheiros e empresas especializadas.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.grupoccr.com.br/investidores.

9. Perspectivas

A CCR continua a trabalhar com a estratégia de capturar sinergias por meio da otimização administrativa do conjunto de seus negócios, com reflexos positivos em suas margens operacionais.

A Companhia entende que seu crescimento de tráfego nas rodovias em que opera deverá, em geral, acompanhar o crescimento do PIB brasileiro. Adicionalmente, a administração continua em busca de novas oportunidades de negócios nos mercados nacional e internacional-primário e secundário-de concessões rodoviárias, metro-ferroviárias e negócios correlatos, em consonância com seu objeto social.

10. Agradecimentos

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da CCR.

11. Considerações Finais

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no seguinte, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

12. Cláusula Compromissória

A CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

13. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 11 de março de 2011.

A Administração

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	10	790.360	1.510.938	775.133	1.178.669	2.121.145	1.037.871
Conta reserva		-	-	-	3	1	1.771
Contas a receber	11	-	-	82	184.735	135.864	103.912
Partes relacionadas	16	30.818	535.755	2.847	136.458	97.977	74.672
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	35.256	58.607	5.692	-	-
Imposto a recuperar	12	43.356	34.927	22.441	92.658	59.573	46.328
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	14	-	-	-	82.779	68.036	34.360
Contas a receber com operações de derivativos	32	700	-	-	700	1.797	18.262
Despesas antecipadas e outras	15	4.226	2.339	2.262	39.847	26.828	34.597
Total do ativo circulante		<u>869.460</u>	<u>2.119.215</u>	<u>861.372</u>	<u>1.721.541</u>	<u>2.511.221</u>	<u>1.351.773</u>
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Conta reserva		-	-	-	1.577	1.538	657
Contas a receber	11	-	-	-	2.154	-	-
Partes relacionadas	16	900.821	3.626	2.833	3.438	1.902	1.109
Imposto a recuperar	12	89.867	62.342	46.333	89.867	62.355	46.333
Impostos diferidos	13b	-	-	-	671.612	432.970	314.443
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	14	-	-	-	2.474.667	2.037.988	1.043.340
Contas a receber com operações de derivativos	32	3.599	-	-	12.060	32.544	33.598
Despesas antecipadas e outras	15	153	154	10	16.721	8.892	8.232
		<u>994.440</u>	<u>66.122</u>	<u>49.176</u>	<u>3.272.096</u>	<u>2.578.189</u>	<u>1.447.712</u>
Investimentos							
Imobilizado	17	2.558.823	2.388.974	2.055.571	-	-	63.927
Intangível	18	11.703	1.478	1.046	393.122	324.053	268.918
	19	22.033	19.574	24.008	7.380.772	4.976.541	4.232.259
Total do ativo não circulante		<u>3.586.999</u>	<u>2.476.148</u>	<u>2.129.801</u>	<u>11.045.990</u>	<u>7.878.783</u>	<u>6.012.816</u>
Total do ativo							
		<u><u>4.456.459</u></u>	<u><u>4.595.363</u></u>	<u><u>2.991.173</u></u>	<u><u>12.767.531</u></u>	<u><u>10.390.004</u></u>	<u><u>7.364.589</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
			(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita operacional líquida	30	78.723	-	4.657.256	3.817.653
Custo dos serviços prestados					
Custo de construção		-	-	(881.402)	(728.316)
Serviços		(5.983)	(12.744)	(494.785)	(345.505)
Custo da outorga		-	-	(310.579)	(267.213)
Depreciação e amortização		(1.582)	(22)	(250.152)	(199.023)
Custo com pessoal		(17.423)	(16.679)	(213.627)	(175.774)
Provisão de manutenção	28	-	-	(157.638)	(95.930)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.659)	(5.281)	(46.937)	(41.149)
Outros		(443)	(1.173)	(99.532)	(92.319)
		<u>(28.090)</u>	<u>(35.899)</u>	<u>(2.454.652)</u>	<u>(1.945.229)</u>
		50.633	29.699	2.202.604	1.872.424
Lucro bruto					
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas					
Despesas financeiras	31	(87.985)	(71.103)	(458.009)	(318.332)
Receitas financeiras		(153.387)	(131.760)	(1.091.100)	(799.860)
Outras despesas operacionais	31	208.354	118.752	463.162	365.826
Resultado de equivalência patrimonial		(3.314)	(4.429)	(43.343)	(21.863)
	17	<u>655.259</u>	<u>762.936</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		669.560	704.095	1.073.314	1.098.195
Imposto de renda e contribuição social-Correntes	13a	(5.802)	-	(529.114)	(428.709)
Imposto de renda e contribuição social-Diferidos	13a	-	-	133.308	48.827
Lucro líquido do exercício		<u>663.758</u>	<u>704.095</u>	<u>677.508</u>	<u>718.313</u>
Atribuível a:					
Acionistas controladores		663.758	704.095	671.722	708.741
Acionistas não controladores		-	-	5.786	9.572
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais-R\$)	29f	<u>1.50</u>	<u>1.71</u>	<u>1.52</u>	<u>1.72</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
			(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício		663.758	704.095	677.508	718.313
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	29e	(74)	(328)	(74)	(328)
Total do resultado abrangente do exercício		<u>663.684</u>	<u>703.767</u>	<u>677.434</u>	<u>717.985</u>
Atribuível a:					
Acionistas controladores		663.684	703.767	671.648	708.413
Acionistas não controladores		-	-	5.786	9.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	663.758	704.095	677.508	718.313
Ajustes por:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(133.308)	(48.827)
Apropriação de despesas antecipadas	-	-	82.546	54.524
Ganho na alienação de investimento	-	-	-	(3.714)
Depreciação e amortização	1.940	433	276.403	211.578
Baixa do ativo imobilizado, intangível e diferido	11	13	14.139	5.010
Amortização do direito da concessão - ágio	3.303	4.431	43.166	25.718
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e derivativos	-	-	(50.994)	(107.219)
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	-	-	1.785	304
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e leasing circulantes e não circulantes	146.402	128.895	610.445	430.907
Capitalização de custo de empréstimos	(475)	-	(74.266)	(48.248)
Resultado de operações com derivativos	-	-	144.456	62.104
Constituição (reversão) da provisão de manutenção	-	-	157.638	95.930
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	91.630	60.131
Constituição e juros sobre contingências	-	-	11.181	8.032
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	-	-	7.012	7.071
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	(72.116)	(31.922)	2.891	331
Juros sobre impostos parcelados	18	-	40.115	3.405
Juros, multa e outros encargos sobre impostos parcelados - Lei 11.941	-	126	24.800	217.474
Descontos obtidos sobre impostos parcelados - Lei 11.941	-	(38)	(17.856)	(11.828)
Participação dos minoritários	-	-	(29.551)	1.085
Equivalência patrimonial	(655.259)	(762.936)	-	-
	<u>(576.176)</u>	<u>(660.998)</u>	<u>1.202.232</u>	<u>863.768</u>
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos				
Contas a receber	-	82	(56.720)	(38.600)
Partes relacionadas	(192.233)	3.604	(20.607)	(23.304)
Impostos a recuperar	(35.954)	(28.495)	(48.823)	(27.010)
Despesas antecipadas outorga fixa	-	-	(533.968)	(1.082.848)
Dividendos e juros s/ capital próprio a receber	-	-	(5.692)	-
Despesas antecipadas e outras	(1.886)	(221)	(17.178)	7.473
Aumento (redução) dos passivos				
Fornecedores	(532)	(1.902)	75.221	68.798
Partes relacionadas	6.627	3.159	(103.899)	37.309
Obrigações sociais e trabalhistas	7.218	338	22.907	(1.765)
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	1.185	26	37.955	(23.929)
Liquidação de contingências	-	-	(7.336)	(3.255)
Realização da provisão de manutenção	-	-	(209.815)	(84.224)
Obrigações com o poder concedente	-	-	134.806	1.750
Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar	-	-	4.293	-
Outras contas a pagar	37	(1)	206.181	(8.781)
Caixa líquido proveniente (usado nas) das atividades operacionais	(127.956)	19.687	1.357.065	403.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante							
Empréstimos, financiamentos, notas promissórias e leasing	20	305	118	-	469.109	613.919	1.144.078
Debêntures	21	63.064	59.536	352.700	1.376.530	371.955	617.755
Contas a pagar com operações de derivativos	32	2.057	-	-	54.673	23.432	765
Fornecedores	24	2.212	2.744	4.646	318.885	229.530	159.625
Impostos e contribuições a recolher	23a	1.433	248	321	66.246	48.635	43.098
Impostos e contribuições parcelados	23b	14	12	-	44.134	44.872	20.182
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	59.092	7.939	18.197
Obrigações sociais e trabalhistas		10.948	3.777	3.439	66.854	42.901	43.402

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Controladora

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Custos de captação	Reserva de Lucros			Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Total
				Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto			
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (Reapresentado)		791.761	-	35.679	1.075.909	141.085	(2.499)	-	2.041.935
Distribuição de dividendos 15 de abril de 2009		-	-	-	(129.750)	(141.085)	-	-	(270.835)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	704.095	704.095
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	-	(328)
Aumento de capital	29a	1.263.734	-	-	-	-	(328)	-	1.263.734
Custo de captação	29b	-	(29.387)	-	-	-	-	-	(29.387)
Destinações:									
Reserva legal		-	-	31.728	-	-	-	(31.728)	-
Dividendos intermediários em 28 de abril de 2010		-	-	-	-	-	-	(337.847)	(337.847)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	101.523	-	(101.523)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	232.997	-	-	(232.997)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Reapresentado)		2.055.495	(29.387)	67.407	1.179.156	101.523	(2.827)	-	3.371.367
Distribuição de dividendos em 28 de abril de 2010		-	-	-	-	(101.523)	-	-	(101.523)
Distribuição de dividendos em 17 de setembro de 2010		-	-	-	(550.375)	-	-	-	(550.375)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	663.758	663.758
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	-	(74)
Custo de captação	29b	-	(766)	-	-	-	(74)	-	(766)
Destinações:									
Reserva legal	29 c	-	-	33.188	-	-	-	(33.188)	-
Dividendos intermediários em 17 de setembro de 2010	29 d	-	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	100.775	-	(100.775)	-
Reserva de retenção de lucros	29 c	-	-	-	329.795	-	-	(329.795)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		<u>2.055.495</u>	<u>(30.153)</u>	<u>100.595</u>	<u>958.576</u>	<u>100.775</u>	<u>(2.901)</u>	<u>-</u>	<u>3.182.387</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Custos de captação	Reserva de Lucros			Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
				Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto					
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (Reapresentado)		791.761	-	35.679	989.630	141.085	(2.499)	-	1.955.656	39.485	1.995.141
Distribuição de dividendos 15 de abril de 2009		-	-	-	-	(141.085)	-	-	(141.085)	-	(141.085)
Distribuição de dividendos 19 de agosto de 2009		-	-	-	(129.750)	-	-	-	(129.750)	-	(129.750)
Distribuição de dividendos de minoritários da RodoNorte e da Parques		-	-	-	-	-	-	-	-	(10.938)	(10.938)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	708.741	708.741	9.572	718.313
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	(328)	-	(328)	-	(328)
Aumento de capital	29a	1.263.734	-	-	-	-	-	-	1.263.734	-	1.263.734
Custo de captação	29b	-	(29.387)	-	-	-	-	-	(29.387)	-	(29.387)
Aumento de capital dos minoritários do RodoAnel		-	-	-	-	-	-	-	-	9.600	9.600
Destinações:											
Reserva legal		-	-	31.728	-	-	-	(31.728)	-	-	-
Dividendos intermediários em 28 de abril de 2010		-	-	-	-	-	-	(337.847)	(337.847)	-	(337.847)
Dividendo adicional proposto	29d	-	-	-	-	101.523	-	(101.523)	-	7.718	7.718
Reserva de retenção de lucros	<u>29c</u>	-	-	-	237.643	-	-	(237.643)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Reapresentado)		2.055.495	(29.387)	67.407	1.097.253	101.523	(2.827)	-	3.289.734	55.437	3.345.171
Distribuição de dividendos em 28 de abril de 2010		-	-	-	-	(101.523)	-	-	(101.523)	-	(101.523)
Distribuição de dividendos em 17 de setembro de 2010		-	-	-	(550.375)	-	-	-	(550.375)	-	(550.375)
Distribuição de dividendos de minoritários da RodoNorte		-	-	-	-	-	-	-	-	(29.551)	(29.551)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	671.722	671.722	5.786	677.508
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	(74)	-	(74)	-	(74)
Custo de captação	29b	-	(766)	-	-	-	-	-	(766)	-	(766)
Destinações:											
Reserva legal	29 c	-	-	33.188	-	-	-	(33.188)	-	-	-
Dividendos intermediários em 17 de setembro de 2010	29 d	-	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)	-	(200.000)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	100.775	-	(100.775)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	29 c	-	-	-	337.759	-	-	(337.759)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		<u>2.055.495</u>	<u>(30.153)</u>	<u>100.595</u>	<u>884.907</u>	<u>100.775</u>	<u>(2.901)</u>	<u>-</u>	<u>3.108.718</u>	<u>31.672</u>	<u>3.140.390</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL Em 16 de fevereiro de 2011, foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária, a alteração da razão social da Companhia (controladora), passando de Companhia de Concessões Rodoviárias para CCR S.A. A CCR S.A. ("Companhia" ou "CCR") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla "CCR03". O exercício social da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto, inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura ferroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades. A CCR é responsável por 2.437,60 km de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 2.347,02 km é responsável pela administração e em 90,58 km pela conservação e manutenção. As rodovias estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel , CCR SPVias e Renovias, sendo as duas últimas por meio de sua controlada CPC. Além da atuação em concessões rodoviárias, buscamos investimentos em outros negócios correlatos. Exemplo disso são as nossas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo), Controlar (Inspeção Veicular do Município de São Paulo), STP (Serviços de Pagamento Automático de Pedágios e Estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre) e SAMM (Atividades em Multimídia). Atualmente, fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas: Controladas: • Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra) • Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn) • Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos) • Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte) • RodoNorte-Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte) • Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo-ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste) • Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (CCR RodoAnel) • Companhia de Participações em Concessões (CPC) • Parques Serviços Ltda. (Parques) • Actua Assessoria S.A. (Actua Assessoria) • SAMM-Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (SAMM) (*) • CPCSP-Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP) • Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México) • CCR-USA, LLC. (CCR Estados Unidos) (*) <i>Anteriormente CPCI-Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura.</i> Controladas em conjunto: • Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro) • Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) Participações indiretas da CCR (*) • Renovias Concessionária S.A. (Renovias) • Concessionária de Rodovias Integradas do Oeste S/A (CCR SPVias) • Controlar S.A. (Controlar) • Inovap 5 Administração e Participações Ltda. (Inovap 5) (*) <i>Por meio de sua controlada CPC</i> Em 2010, o Grupo CCR passou por um processo de reorganização societária e, diante disso, em 31 de maio de 2010, incorporou a empresa Actua Serviços Compartilhados Ltda., que prestava serviços administrativos e financeiros para todas as empresas do Grupo CCR e a controlada CPC incorporou a Engelog-Centro de Engenharia Ltda., que prestava serviços de engenharia, gerenciamento de obras e serviços de tecnologia da informação para todas as empresas do Grupo CCR. A partir de 1º de junho de 2010, os serviços administrativos e financeiros passaram a ser prestados pela CCR, por meio da divisão Actua e os serviços de engenharia, gerenciamento de obras e serviços de tecnologia da informação passaram a ser prestados pela CPC, por meio das divisões Engelog e Engelogtec. Concessões do Grupo CCR Veja a seguir, mais detalhes das concessões do Grupo CCR: CCR NovaDutra: Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 402,2 km. O prazo do contrato de concessão vai até fevereiro de 2021; CCR AutoBAn: Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 316,8 km, e manutenção-conservação de 5,9 km. O prazo do contrato de concessão vai até dezembro de 2026; CCR ViaLagos: Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 km. O prazo do contrato de concessão vai até janeiro de 2022; CCR Ponte: Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 km. O prazo do contrato de concessão vai até maio de 2015; CCR RodoNorte: Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luís do Puruã; Rodovia BR-277, entre São Luís do Puruã e Curitiba; PR-151, de Jaguariúva a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trevo do Caetan, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 487,5 km, e manutenção-conservação de 80,28 km. O prazo do contrato de concessão vai até novembro de 2021. A CCR tem 85,92% do capital social dessa concessionária; CCR ViaOeste: Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermirio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091), ligando a capital paulista ao oeste do Estado. A concessionária é responsável pela administração de 168,62 km e pela manutenção e conservação de outros 4,4 km. O contrato de concessão vai até dezembro de 2022; CCR RodoAnel: Trecho oeste do RodoAnel Mário Covas, numa extensão total de 32 km, interligando os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116) e os conectando ao trecho sul em direção ao Porto de Santos. O prazo do contrato de concessão vai até junho de 2038. A CCR tem 95% do capital social dessa concessionária. ViaQuatro: Operação e manutenção da Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, totalizando 12,8 km sobre trilhos e 11 estações, sendo 9,0 km (6 Estações) na Fase I e os 3,8 km restantes com a inclusão de mais 5 Estações na Fase II, que prevê ainda 3,5 km a serem operados por meio de ônibus entre a Estação Vila Sônia e Taboão da Serra. A Via-Quatro iniciou sua operação comercial, em horário reduzido, em junho de 2010, com a abertura das Estações Faria Lima e Paulista. O contrato de concessão vai até novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 2041, para completar 30 anos de operação. A CCR tem 58% do capital social dessa concessionária. Outras empresas do Grupo Além dessas concessões, a CCR possui participação nas seguintes empresas: Companhia de Participações em Concessões (CPC): A empresa tem participação de 99% da CCR e de 1% da Actua Assessoria. Seu objetivo é avaliar as oportunidades de novos negócios, atuando tanto no mercado primário, frente aos processos de licitação, quanto no mercado secundário, sendo responsável pela administração direta de eventuais novos negócios. O primeiro resultado de sua atuação aconteceu em 2008, com a aquisição de 40% do capital social da Renovias , concessionária responsável pela administração das rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344 e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 km. O prazo de concessão vai até maio de 2022. Em 13 de agosto de 2009, a CPC adquiriu 45% do capital social da Controlar (correspondente a 50% das ações ordinárias), concessionária exclusiva de serviços públicos municipais, responsável até 2018, pela inspeção veicular ambiental na frota registrada da cidade de São Paulo. Em 31 de maio de 2010, conforme já mencionado anteriormente, a CPC incorporou a Engelog, que tinha como objeto social a prestação de serviços técnicos de engenharia e gerenciamento de obras, bem como a prestação de serviços de tecnologia da informação para as empresas controladas da CCR. Mediante a incorporação, as áreas de engenharia e tecnologia da informação foram reestruturadas, criando, respectivamente, a Divisão Engelog e a Divisão Engelogtec, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A incorporação teve o objetivo de propiciar uma melhor gestão dos ativos do Grupo CCR, além de oferecer um importante diferencial competitivo no processo de análise e avaliação de novos negócios. Em 22 de outubro de 2010, a CPC passou a deter 100% das ações da SPVias , mediante conclusão das etapas da negociação da respectiva aquisição. A SPVias é a concessionária responsável pela administração de seis trechos de rodovias no Estado de São Paulo, num total de 515,68 km de extensão. O contrato de concessão foi assinado em fevereiro de 2000 e tem prazo total de 27 anos e 8 meses, indo até setembro de 2027. Actua Assessoria, Parques e Inovap 5: Estas empresas têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da CCR, de acordo com os respectivos objetos sociais. A Actua Assessoria detém ainda participação minoritária em algumas das empresas pertencentes ao Grupo CCR, tais como a Ponte, ViaLagos, CPC, SAMM e CPCSP. STP e suas controladas Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda.: O objetivo da STP é operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre, utilizados atualmente por cerca de 2,56 milhões de usuários. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos (IAV) no Brasil, a STP está presente em 242 praças de pedágio no país, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. A CCR detém 38,25% do capital social da STP. CCR México: Tem como objetivo principal prospectar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens subterrâneos (metrô). Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão. CCR Estados Unidos: Empresa cujo objetivo principal é prospectar negócios de concessão nos Estados Unidos. Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão. SAMM: Empresa constituída pela CCR (99,90%) e pela Actua Assessoria (0,10%), tendo como objeto social a exploração e prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de telecomunicações, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades. CPCSP: Empresa constituída pela CCR (99,00%) e pela Actua Assessoria (0,10%), tendo como objeto social a participação no capital de outras sociedades. Sobre o negócio As concessões rodoviárias do Grupo CCR consistem na exploração de rodovias mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar estas rodovias. Como parte do contrato de concessão, os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade dessas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte. No tocante à Controlar, a concessão contempla a implantação dos Centros de Inspeção e a realização da inspeção obrigatória de veículos leves e pesados, com motores dos ciclos Otto e Diesel, licenciados no município de São Paulo. No final do período de concessão das rodovias, ponte e infraestrutura ferroviária, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.	2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS Em 22 de outubro de 2010, a controlada CPC passou a deter o controle da SPVias, ao adquirir, direta e indiretamente, 100% do capital social daquela Concessionária. A aquisição de controle da SPVias está alinhada com os objetivos da Companhia no que se refere à perpetuidade do negócio, criando valor para os acionistas e expandindo a qualidade de gestão do Grupo CCR para um número maior de usuários e reforça o comprometimento com o crescimento sustentável e com o desenvolvimento da infraestrutura do País. No período de 22 de outubro até 31 de dezembro de 2010, a SPVias contribuiu com uma receita operacional de R\$ 83.119 e lucro líquido de R\$ 2.482. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2010, a administração estimou que a receita consolidada seria acrescida de R\$ 371.226 e o lucro para o exercício teria sido acrescido de R\$ 43.645. A seguir, são resumidos os tipos de contraprestações transferidas e os valores justos iniciais reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data base de 22 de outubro de 2010: Contraprestação transferida <table><tr><td>Caixa</td><td>Valor</td></tr><tr><td>Valores a pagar (b)</td><td>1.148.531</td></tr><tr><td>Total</td><td>187.316</td></tr><tr><td></td><td><u>1.335.847</u></td></tr></table> (b) A Companhia pagará o montante de R\$ 187.316, atualizado pelo CDI, em cinco prestações anuais, a partir de 2011, aos ex-acionistas da concessionária. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos <table><tr><td>Caixa e Bancos</td><td>17.978</td></tr><tr><td>Aplicações Financeiras</td><td>3.461</td></tr><tr><td>Contas a Receber</td><td>1.317</td></tr><tr><td>Contas a Receber Partes Relacionadas</td><td>18.301</td></tr><tr><td>Impostos a Recuperar</td><td>11.774</td></tr><tr><td>Outras Despesas Antecipadas</td><td>1.550</td></tr><tr><td>Impostos Diferidos Ativos</td><td>63.235</td></tr><tr><td>Imobilizado</td><td>18.665</td></tr><tr><td>Intangível</td><td>507.652</td></tr><tr><td>Outras Contas a Receber</td><td>146</td></tr><tr><td>Fornecedores</td><td>(14.314)</td></tr><tr><td>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</td><td>(299.988)</td></tr><tr><td>Impostos e Contribuições a Recolher</td><td>(3.519)</td></tr><tr><td>Obrigações Sociais e Trabalhistas</td><td>(1.087)</td></tr><tr><td>Impostos e Contribuições Parceladas</td><td>(5.632)</td></tr><tr><td>Impostos Diferidos Passivos</td><td>(82.217)</td></tr><tr><td>Obrigações com o Poder Concedente</td><td>(29.651)</td></tr><tr><td>Provisão Manutenção</td><td>(38.966)</td></tr><tr><td>Provisão para Contingências</td><td>(2.946)</td></tr><tr><td>Provisão para IRPJ e CSLL</td><td>(14.154)</td></tr><tr><td>Outras Contas a Pagar</td><td>(1.688)</td></tr><tr><td></td><td><u>149.917</u></td></tr></table>	Caixa	Valor	Valores a pagar (b)	1.148.531	Total	187.316		<u>1.335.847</u>	Caixa e Bancos	17.978	Aplicações Financeiras	3.461	Contas a Receber	1.317	Contas a Receber Partes Relacionadas	18.301	Impostos a Recuperar	11.774	Outras Despesas Antecipadas	1.550	Impostos Diferidos Ativos	63.235	Imobilizado	18.665	Intangível	507.652	Outras Contas a Receber	146	Fornecedores	(14.314)	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(299.988)	Impostos e Contribuições a Recolher	(3.519)	Obrigações Sociais e Trabalhistas	(1.087)	Impostos e Contribuições Parceladas	(5.632)	Impostos Diferidos Passivos	(82.217)	Obrigações com o Poder Concedente	(29.651)	Provisão Manutenção	(38.966)	Provisão para Contingências	(2.946)	Provisão para IRPJ e CSLL	(14.154)	Outras Contas a Pagar	(1.688)		<u>149.917</u>
Caixa	Valor																																																				
Valores a pagar (b)	1.148.531																																																				
Total	187.316																																																				
	<u>1.335.847</u>																																																				
Caixa e Bancos	17.978																																																				
Aplicações Financeiras	3.461																																																				
Contas a Receber	1.317																																																				
Contas a Receber Partes Relacionadas	18.301																																																				
Impostos a Recuperar	11.774																																																				
Outras Despesas Antecipadas	1.550																																																				
Impostos Diferidos Ativos	63.235																																																				
Imobilizado	18.665																																																				
Intangível	507.652																																																				
Outras Contas a Receber	146																																																				
Fornecedores	(14.314)																																																				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(299.988)																																																				
Impostos e Contribuições a Recolher	(3.519)																																																				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(1.087)																																																				
Impostos e Contribuições Parceladas	(5.632)																																																				
Impostos Diferidos Passivos	(82.217)																																																				
Obrigações com o Poder Concedente	(29.651)																																																				
Provisão Manutenção	(38.966)																																																				
Provisão para Contingências	(2.946)																																																				
Provisão para IRPJ e CSLL	(14.154)																																																				
Outras Contas a Pagar	(1.688)																																																				
	<u>149.917</u>																																																				

Esse direito da concessão-ágio, cuja essência é a aquisição do direito de explorar a concessão, será amortizado pela curva de benefício econômico esperado (curva de tráfego) durante o prazo de concessão e a parcela incorporada à concessionária no montante de R\$ 1.142.150 será dedutível para fins fiscais. Os custos relacionados à aquisição de R\$ 17.971 referentes a honorários legais externos e custos de due diligence foram incluídos nas despesas administrativas, desta Controlada.
Em 22 de outubro de 2010, a controlada CPC também adquiriu a totalidade do capital social da empresa Inovap 5, a qual presta serviços à SPVias, pelo valor de R\$ 3.174. O valor líquido dos ativos identificáveis da empresa foi de R\$ 88.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Declaração de conformidade As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil identificadas como Consolidado; e • As demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM. As demonstrações financeiras individuais da controladora apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial nas práticas adotadas no Brasil. Dessa forma, essas demonstrações financeiras não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exceto quanto ao ativo diferido mencionado no próximo parágrafo, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. Entre as demonstrações consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, há diferença no patrimônio líquido e no resultado do exercício, em decorrência da manutenção nas demonstrações financeiras individuais, das controladas e controlada em conjunto, de saldos de ativo diferido oriundo de despesas pré-operacionais de suas controladas e controladas em conjunto, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 13- Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08, enquanto que nas demonstrações financeiras consolidadas não é permitida a manutenção de tal saldo, conforme item 5 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (RI) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41. Os montantes das divergências geradas pelas diferenças de práticas contábeis estão demonstrados abaixo:	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Patrimônio líquido da controladora	3.182.387	3.371.367	2.041.935
Baixa do ativo diferido	(179.323)	(179.323)	(177.671)
Reversão da amortização do ativo diferido	105.654	97.690	91.392
Patrimônio líquido consolidado	<u>3.108.718</u>	<u>3.289.734</u>	<u>1.955.656</u>
Ajustes no resultado do exercício	31/12/2010	31/12/2009	
Resultado do exercício da controladora	663.758	704.095	
Baixa do ativo diferido	-	(1.652)	
Reversão da amortização do ativo diferido	7.964	6.298	
Resultado do exercício consolidado (atribuível aos acionistas controladores)	<u>671.722</u>	<u>708.741</u>	

Essas são as primeiras demonstrações financeiras da controladora nas quais se aplicou o Pronunciamento Técnico CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, como também, as primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as IFRS e com o Pronunciamento Técnico CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.
Em 11 de março de 2011 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.
Base de mensuração
As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Passivos para pagamentos com base em ações, liquidadas em caixa, mensurados ao valor justo;
- Ativos e passivos de empresas adquiridas a partir de 1º de janeiro de 2009, reconhecidos inicialmente ao valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas cont

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

n) Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados pelo valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substativamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irretirável foi formalizada por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2009 (ano base 2008).

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

r) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

s) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPIC 05 Contratos de Concessão, a Companhia segue a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo o passivo (divulgado na nota explicativa nº. 35) relativo às obrigações futuras de seus pagamentos ao Poder Concedente, tendo como base a linha de entendimento de ser o contrato de concessão um contrato executório. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato tanto o concessionário quanto o poder concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

t) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

u) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo CCR. Todos os resultados operacionais são revisitos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

v) Gastos pré-operacionais

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, consequentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, posteriormente convertida para a Lei 11.941/09. Entretanto, para fins das demonstrações consolidadas, estes saldos e suas respectivas amortizações estão sendo eliminados conforme descrito no item "a" desta nota explicativa.

w) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) da controladora e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

x) Novas pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, bem como não foram emitidos atos normativos pela Comissão de Valores Mobiliários e CPC e, portanto, não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. Dentre essas normas estão:

- IFRS 9 Financial Instruments;
- Limited exemption from Comparative IFRS 7 (Divulgações para adotantes iniciais);
- Improvements to IFRS 10;
- Prepayment of a minimum fund requirement (Emenda ao IFRIC 14);
- Emendas ao IAS 32 (Classification of rights issues).

A Companhia não estimou a extensão dos possíveis impactos destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

5. DETERMINAÇÃO DOS VALORES JUSTOS

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, resumem-se a contratos de *swaps* de moeda e de taxa de juros, compra de moeda a termo (*Non Deliverable Forward - NDF*), e opções de compra de Libor, que visam a proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de compra de moeda a termo e de Swap de juros onde há a troca por uma taxa fixa

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados tomando-se como base cotações de mercado futuras obtidas no mercado (ex: BM&F e Bloomberg), para a data de vencimento de cada uma das operações, comparadas às taxas contratadas (taxas fixas) e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Operações de Swap de juros e/ou de moeda onde há a troca por uma taxa variável

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando-se como base cotações de mercado futuras obtidas no mercado (ex: BM&F e Bloomberg) adicionadas de eventuais cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Opções de compra de Libor com teto (*cap*)

O valor justo das opções de compra é calculado utilizando-se o modelo de Black para precificação de opções de taxas de juros.

- Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo das opções de pagamentos baseados em ações (ILP) é mensurado utilizando-se a fórmula Black-Scholes-Merton. Os inputs de mensuração incluem o valor da UVV na data de mensuração, o valor de exercício do instrumento, a volatilidade esperada, a média ponderada dos prazos estimados destes instrumentos, dividendos esperados, uma taxa livre de risco, expectativa de postergação de resgate de cada tranche e expectativa de cancelamentos.

6. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxas de juros e inflação;
- Risco de taxa de câmbio; e
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as controladas e controladas em conjunto à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto buscam realizar parte de suas captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da LIBOR, (2) da TJLP e CDI relativos aos empréstimos em reais, (3) da Cesta de Moedas (UMBNDSE) relativa ao empréstimo em reais tomado com o BNDES, (4) IGP-M e CDI relativo às debêntures e (5) IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 10, 20 e 21.

As tarifas de pedágio e de metrô são atualizadas pela variação dos seguintes índices:

Controladas **Índices de atualização (variação)**

AutoBAn	100% do IGP-M
ViaOeste	100% do IGP-M
Renovias	100% do IGP-M
SPVias	100% do IGP-M
RodoAnel	100% do IPCA
ViaQuatro	Média ponderada, sendo: 50% IGP-M e 50% IPC
NovaDutra	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 13% da 36, 16% da 37, 20% da 38 e 51% da 39.
RodoNorte	Média ponderada de diversos índices, sendo: 10% do INCC (coluna 2), 10% do IGP-M e os seguintes componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil: 20% da 36, 20% da 37, 10% da 38 e 30% da 39.
Ponte	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 30% da 36, 30% da 37 e 40% da 39.
ViaLagos	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 15% da 36, 20% da 37, 15% da 38 e 50% da 39.
As colunas de índices da FGV mencionadas acima são relativas aos seguintes itens da construção civil:	
Coluna 36	Obras de arte especiais (Pontes, viadutos e passarelas)
Coluna 37	Pavimento
Coluna 38	Terraplenagem
Coluna 39	Serviços de Consultoria

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* (*Swap*) para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

7. EXPLICAÇÃO DE TRANSIÇÃO PARA O IFRS

Conforme descrito na nota explicativa nº. 3, estas são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto preparadas de acordo com as IFRS.

As políticas e práticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº.4 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto).

Na preparação de suas demonstrações financeiras de abertura em a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto ajustaram valores anteriormente apresentados em suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada.

As explicações de como a transição da prática contábil anteriormente adotada para IFRS afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são apresentadas nas tabelas a seguir, de acordo com a legenda abaixo:

- Reclassificação do ativo imobilizado para o ativo intangível;
- Reclassificação de ativos imobilizados para custos (gastos não periódicos para recomposição/revitalização de ativos);
- Custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados;
- Constituição da provisão de manutenção e ajuste a valor presente;
- Reclassificação de imposto diferido de curto prazo para longo prazo e contabilização do imposto diferido sobre os ajustes da adoção inicial;
- Adoção da amortização pela curva de benefício econômico;
- Receita de construção;
- Reclassificação de dividendos a receber para investimentos e dividendos propostos para patrimônio líquido;
- Custo de construção;
- Reversão do ativo e amortização do ativo diferido (gastos pré-operacionais);
- Reclassificação da participação de acionistas não controladores do passivo para o patrimônio líquido e efeito dos ajustes de adoção;
- Equivalência Patrimonial em razão dos ajustes.

Reconciliação entre as demonstrações financeiras na adoção das práticas contábeis atuais

Balancos Patrimoniais - Consolidado - IFRS

31/12/2009				01/01/2009		
	Nota	Publicado anteriormente	Ajustes IFRS	Publicado anteriormente	Ajustes IFRS	Ajustado
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa		2.121.145	-	2.121.145	-	2.121.145
Conta reserva		1	-	1	-	1
Contas a receber de clientes		135.864	-	135.864	-	135.864
Partes relacionadas		97.977	-	97.977	-	97.977
Imposto a recuperar		59.573	-	59.573	-	59.573
Impostos diferidos	(e)	24.398	(24.398)	-	19.756	(19.756)
Pagamentos antecipados relacionados à concessão		68.036	-	68.036	-	68.036
Contas a receber com operações de derivativos		1.797	-	1.797	-	1.797
Despesas antecipadas e outros		26.828	-	26.828	-	26.828
Total do ativo circulante		2.535.619	(24.398)	2.511.221	(19.756)	2.491.465
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Conta reserva		1.538	-	1.538	-	1.538
Partes relacionadas		1.902	-	1.902	-	1.902
Imposto a recuperar		62.355	-	62.355	-	62.355
Impostos diferidos	(e)	39.548	393.422	432.970	29.631	462.601
Pagamentos antecipados relacionados à concessão		2.037.988	-	2.037.988	-	2.037.988
Contas a receber com operações de derivativos		32.544	-	32.544	-	32.544
Despesas antecipadas e outros		8.892	-	8.892	-	8.892
Total do ativo não circulante		2.184.767	393.422	2.578.189	290.631	2.868.820
Total do ativo						
Investimentos imobilizados	(a) (b) (c)	3.754.529	(3.430.476)	324.053	(2.891.283)	332.770
Intangível	(a) (c) (f) (g)	528.281	4.448.260	4.976.541	3.800.704	8.777.245
Diferido	(j)	81.633	(81.633)	-	(86.282)	(5.649)
Total do ativo não circulante		6.549.210	1.329.573	7.878.783	1.113.770	8.992.553
Total do ativo		9.084.829	1.305.175	10.390.004	1.094.014	11.484.018

31/12/2009				01/01/2009			
	Nota	Publicado anteriormente	Ajustes IFRS	Ajustado	Publicado anteriormente	Ajustes IFRS	Ajustado
Passivo							
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e leasing		613.919	-	613.919	1.144.078	-	1.144.078
Debêntures		371.955	-	371.955	617.755	-	617.755
Contas a pagar com operações de derivativos		23.432	-	23.432	765	-	765
Fornecedores		229.350	-	229.350	159.625	-	159.625
Impostos e contribuições a recolher e parcelados		48.635	-	48.635	43.098	-	43.098
Impostos e contribuições parcelados		44.872	-	44.872	20.182	-	20.182
Imposto de renda e contribuição social		7.939	-	7.939	18.197	-	18.197
Impostos diferidos	(e)	19.561	(19.561)	-	6.730	(6.730)	-
Obrigações sociais e trabalhistas		42.901	-	42.901	43.402	-	43.402
Partes relacionadas		93.670	-	93.670	56.204	-	56.204
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(h)	109.241	(109.241)	-	143.506	(143.506)	-
Provisão para contingências		1.785	-	1.785	2.496	-	2.496
Provisão de manutenção	(d)	-	232.056	232.056	-	66.425	66.425
Obrigações com o poder concedente		11.330	-	11.330	8.568	-	8.568
Outras contas a pagar		30.239	-	30.239	38.589	-	38.589
Total do passivo circulante		1.648.829	103.254	1.752.083	2.303.195	(83.811)	2.219.384
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e leasing		1.232.201	-	1.232.201	340.314	-	340.314
Debêntures		2.819.624	-	2.819.624	1.619.946	-	1.619.946
Contas a pagar com operações de derivativos		2.030	-	2.030	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher-parcelados		408.394	-	408.394	339.827	-	339.827
Impostos diferidos	(e)	26.030	518.610	544.640	32.049	442.891	474.940
Provisão para contingências		12.486	-	12.486	6.998	-	6.998
Provisão de manutenção	(d)	-	249.606	249.606	-	343.400	343.400
Obrigações com o poder concedente-obras a executar		9.546	-	9.546	10.254	-	10.254
Partes relacionadas		10.890	-	10.890	10.633	-	10.633
Outras contas a pagar		3.333	-	3.333	3.752	-	3.752
Total do passivo não circulante		4.524.534	768.216	5.292.750	2.363.773	786.291	3.150.064
Participações de acionistas não controladores	(k)	33.476	(33.476)	-	25.080	(25.080)	-
Patrimônio líquido							
Capital social		2.026.108	-	2.026.108	791.761	-	791.761
Ajuste acumulado de conversão		(2.827)	-	(2.827)	(2.499)	-	(2.499)
Reservas de lucros	(b) (c) (d) (e) (f) (j)	854.709	411.744	1.266.453	789.265	377.129	1.166.394
Patrimônio líquido dos controladores		2.877.990	411.744	3.289.734	1.578.527	377.129	1.955.656
Participações de acionistas não controladores	(k)	-	55.437	55.437	-	39.485	39.485
Total do patrimônio líquido		2.877.990	467.181	3.345.171	1.578.527	416.614	1.995.141
Total do passivo e patrimônio líquido		9.084.829	1.305.175	10.390.004	6.270.575	1.094.014	7.364.589

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Demonstrações do Valor Adicionado - Consolidado - IFRS				
	Nota	2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes IFRS	Ajustado
Receitas				
Receita de pedágio		3.209.250	-	3.209.250
Receita de construção - IAS 11	(g)	-	728.316	728.316
Outras receitas		178.080	-	178.080
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo de construção - IAS 11	(i)	-	(728.316)	(728.316)
Provisão de manutenção	(d)	-	(95.933)	(95.933)
Custos dos serviços prestados	(b)	(430.324)	(39.270)	(469.594)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(179.453)	-	(179.453)
Valor adicionado bruto		2.777.553	(135.203)	2.642.350
Depreciação e amortização	(b) (c) (f) (i)	(425.500)	188.254	(237.296)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		2.352.053	53.051	2.405.054
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras		365.826	-	365.826
Valor adicionado total a distribuir		2.717.829	53.051	2.770.880
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta		201.082	-	201.082
Benefícios		44.560	-	44.560
FGTS		10.835	-	10.835
Outras		3.172	-	3.172
Tributos				
Federais	(e)	608.810	(35.268)	573.542
Estaduais		397	-	397
Municipais		160.168	-	160.168
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(c)	762.698	11.880	774.578
Aluguéis		17.021	-	17.021
Outorga		267.213	-	267.213
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	(h)	439.370	-	439.370
Lucros retidos do exercício		202.503	76.439	278.942
		2.717.829	53.051	2.770.880

Composição dos ajustes efetuados no patrimônio líquido de 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 e no resultado do exercício de 2009 por natureza de ajuste:

CONSOLIDADO				
Ajustes no Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2009	01/01/2009	
Patrimônio líquido (prática contábil anterior)		2.877.990	1.578.527	
Ajustes referente a Contratos de Concessão				
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(666.602)	(543.108)	
Reversão da depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	2.417.886	2.088.807	
Amortização do ativo intangível - Direito de exploração de infraestrutura	(f)	(1.024.651)	(872.583)	
Provisão de manutenção				
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(565.886)	(409.825)	
Realização de provisão de manutenção	(d)	84.224	-	
Custos de Empréstimos				
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	311.234	262.986	
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(481)	(442)	
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(66.949)	(58.486)	
Direito da concessão-ágio				
Reversão da depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(f)	106.234	74.373	
Amortização do direito de concessão pela curva de benefício econômico	(f)	(58.884)	(42.120)	
Constituição de impostos diferidos s/ diferenças temporárias e prejuízo fiscal	(e)	46.844	1.318	
Reclassificação de dividendos propostos para patrimônio líquido	(h)	101.523	141.085	
Gastos pré-operacionais				
Baixa do ativo diferido para custo	(j)	(179.323)	(177.674)	
Baixa amortização ativo diferido	(j)	97.690	91.392	
Participação dos acionistas não controladores	(k)	41.190	27.501	
Impostos Diferidos	(e)	(176.868)	(166.610)	
Patrimônio líquido conforme IFRS		3.345.171	1.995.141	
Ajustes no Resultado do Exercício	Nota	31/12/2009		
Lucro Líquido do exercício (prática contábil anterior)		641.873		
Ajustes referente a Contratos de Concessão				
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(39.270)		
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	329.079		
Amortização ativo intangível - Direito de exploração de infraestrutura	(f)	(152.068)		
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(156.061)		
Custos de Empréstimos				
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	48.248		
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(39)		
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(8.463)		
Direito da concessão-ágio				
Reversão amortização anteriormente calculada pelo método linear	(f)	31.861		
Amortização calculada pela curva de benefício econômico	(f)	(16.764)		
Constituição de impostos diferidos s/ diferenças temporárias e prejuízo fiscal	(e)	45.526		
Gastos pré-operacionais				
Reclassificação do ativo diferido para custo	(j)	(1.649)		
Reversão amortização ativo diferido	(j)	6.298		
Impostos Diferidos	(e)	(10.258)		
Lucro Líquido do Exercício conforme IFRS		718.313		

Os detalhamentos sobre os ajustes e reclassificações da adoção para as IFRS estão descritos na nota explicativa nº. 8.

8. EXPLICAÇÃO DOS PRINCIPAIS EFEITOS DE ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS - CPC

A Companhia adotou as normas do CPC emitidas em 2009 e 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. A aplicação destas normas ("novas normas") resultou em ajustes sobre os montantes anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, conforme demonstrado a seguir:

Reconciliação entre as demonstrações financeiras na adoção das práticas contábeis atuais

Balanços Patrimoniais - Controladora				31/12/2009			01/01/2009		
	Nota	Publicado anteriormente	Ajustes CPCs	Ajustado	Publicado anteriormente	Ajustes CPCs	Ajustado		
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa		1.510.938	-	1.510.938	775.133	-	775.133		
Contas a receber		-	-	-	82	-	82		
Partes relacionadas		535.755	-	535.755	2.847	-	2.847		
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	(h)	193.021	(157.765)	35.256	360.329	(301.722)	58.607		
Imposto a recuperar		34.927	-	34.927	22.441	-	22.441		
Despesas antecipadas e outros		2.339	-	2.339	2.262	-	2.262		
Total do ativo circulante		2.276.980	(157.765)	2.119.215	1.163.094	(301.722)	861.372		
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Partes relacionadas		3.626	-	3.626	2.833	-	2.833		
Imposto a recuperar		62.342	-	62.342	46.333	-	46.333		
Despesas antecipadas e outros		154	-	154	10	-	10		
		66.122	-	66.122	49.176	-	49.176		
Investimentos	(h) (l)	1.848.148	540.826	2.388.974	1.438.006	617.565	2.055.571		
Imobilizado		1.478	-	1.478	1.046	-	1.046		
Intangível	(f)	10.781	8.793	19.574	17.528	6.480	24.008		
Total do ativo não circulante		1.926.529	549.619	2.476.148	1.505.756	624.045	2.129.801		
Total do ativo		4.203.509	391.854	4.595.363	2.668.850	322.323	2.991.173		

	Nota	31/12/2009				Nota	01/01/2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes CPCs	Ajustado			Publicado anteriormente	Ajustes CPCs	Ajustado
Passivo									
Circulante									
Empréstimos, financiamentos e leasing		118	-	118	-	-	-	-	-
Debêntures		59.536	-	59.536	352.700	-	-	-	352.700
Contas a pagar com operações de derivativos		-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores		2.744	-	2.744	4.646	-	-	-	4.646
Impostos e contribuições a recolher		248	-	248	321	-	-	-	321
Impostos e contribuições parcelados		12	-	12	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		3.777	-	3.777	3.439	-	-	-	3.439
Partes relacionadas		17.410	-	17.410	18.056	-	-	-	18.056
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(h)	101.523	(101.523)	-	141.085	(141.085)	-	-	-
Provisão para contingências		-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações com o poder concedente		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar		72	-	72	74	-	-	-	74
Total do passivo circulante		185.440	(101.523)	83.917	520.321	(141.085)	-	-	379.236
Não circulante									
Empréstimos, financiamentos e leasing		237	-	237	-	-	-	-	-
Debêntures		1.119.577	-	1.119.577	558.470	-	-	-	558.470
Contas a pagar com operações de derivativos		-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher-parcelados		175	-	175	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências		-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto		8.300	-	8.300	-	-	-	-	-
Obrigações com o poder concedente-obras a executar		-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas		10.890	-	10.890	10.633	-	-	-	10.633
Outras contas a pagar		900	-	900	899	-	-	-	899
		1.140.079	-	1.140.079	570.002	-	-	-	570.002
		1.140.079	-	1.140.079	570.002	-	-	-	570.002
Total do passivo não circulante									
Patrimônio líquido									
Capital social		2.026.108	-	2.026.108	791.761	-	-	-	791.761
Ajuste acumulado de conversão		(2.827)	-	(2.827)	(2.499)	-	-	-	(2.499)
Reservas de lucros	(h) (l)	854.709	493.377	1.348.086	789.265	463.408	1.252.673	-	1.252.673
Total do patrimônio líquido		2.877.990	493.377	3.371.367	1.578.527	463.408	2.041.935	-	2.041.935
Total do passivo e patrimônio líquido		4.203.509	391.854	4.595.363	2.668.850	322.323	2.991.173	-	2.991.173

Demonstrações de Resultados - Controladora				
	Nota	2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes CPCs	Ajustado
Receita operacional bruta				
Outras receitas		67.976	-	67.976
Deduções da receita bruta		(2.378)	-	(2.378)
Receita operacional líquida		65.598	-	65.598
Custos dos serviços prestados				
Depreciação e amortização		(22)	-	(22)
Serviços		(12.744)	-	(12.744)
Custo com pessoal		(16.679)	-	(16.679)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.281)	-	(5.281)
Outros		(1.173)	-	(1.173)
		(35.899)	-	(35.899)
Lucro Bruto		29.699	-	29.699
Despesas gerais e administrativas		(71.103)	-	(71.103)
Despesas financeiras		(131.760)	-	(131.760)
Receitas financeiras		118.752	-	118.752
Outras despesas operacionais	(f)	(6.742)	2.313	(4.429)
Resultado de equivalência patrimonial	(l)	695.718	67.218	762.936
Resultado antes dos impostos		634.564	69.531	704.095
Resultado do exercício		634.564	69.531	704.095
Lucro por ação-básico e diluído - R\$		1,44	-	1,71

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Controladora				
	Nota	2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes CPCs	Ajustado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		634.564	69.531	704.095
Ajustes por:				
Depreciação e amortização		433	-	433
Baixa do ativo imobilizado, intangível e diferido		13	-	13
Amortização do ágio	(f)	6.744	(2.313)	4.431
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes		128.893	-	128.893
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro		2	-	2
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas		(31.922)	-	(31.922)
Juros, multa e outros encargos sobre impostos parcelados - Lei 11.941		126	-	126
Descontos obtidos sobre impostos parcelados - Lei 11.941		(38)	-	(38)
Equivalência patrimonial	(l)	(695.718)	(67.218)	(762.936)
		(591.467)	(69.531)	(660.998)

Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber de clientes	82	-	82
Partes relacionadas	3.604	-	3.604
Impostos a recuperar	(28.495)	-	(28.495)
Despesas antecipadas e outras	(221)	-	(221)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	(1.902)	-	(1.902)
Partes relacionadas	3.159	-	3.159
Obrigações sociais e trabalhistas	338	-	338
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda contribuição social	26	-	26
Outras contas a pagar	(1)	-	(1)
	19.687	-	19.687
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de investimentos	(340.681)	-	(340.681)
Aquisição de ativo imobilizado	(862)	-	(862)
Aquisição de ativo intangível	(13)	-	(13)
	(341.556)	-	(341.556)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Mútuos com partes relacionadas			
Captações	(899.802)	-	(899.802)
Pagamentos	390.870	-	390.870
Arrendamento Mercantil			
Captações	353	-	353
Pagamentos	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Captações	593.418	-	593.418
Pagamentos	(454.368)	-	(454.368)
Aumento de Capital			
Integralização	1.263.734	-	1.263.734
Custo de captação	(29.387)	-	(29.387)
Dividendos			
Pagos	(608.682)	-	(608.682)
Recebidos	797.780	-	797.780
Juros sobre capital próprio recebidos	3.758	-	3.758
	1.057.674	-	1.057.674
Caixa líquido usado nas atividades de investimento			
Redução do caixa e equivalentes de caixa			
	735.805	-	735.805
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	775.133	-	775.133
No final do exercício	1.510.938	-	1.510.938
	735.805	-	735.805

O imposto de renda e a contribuição social diferidos por controlada ou controlada em conjunto estão representados por:

Passivo	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ponte (5)	23	-	-
Ponte (6)	3.452	3.573	-
Ponte (7)	-	3.535	9.922
Nova Dutra (5)	144	-	-
Nova Dutra (6)	113.736	106.221	100.176
Via Lagos (5)	191	-	-
Via Lagos (6)	10.253	9.742	9.616
Via Lagos (7)	1.619	9.731	11.423
Rodonorte (5)	102	373	521
Rodonorte (6)	107.248	102.161	94.082
AutoBAn (5)	122	-	-
AutoBAn (6)	189.209	166.376	141.458
Via Oeste (5)	132	-	-
Via Oeste (6)	100.519	89.021	75.746
Via Quatro (5)	18.778	15.650	42
Via Quatro (6)	2.410	420	-
Rodoanel (5)	219	5.731	-
Rodoanel (6)	7.088	3.358	341
Renovias (5)	31.369	28.748	31.613
SP Vias (6)	82.358	-	-
	<u>668.972</u>	<u>544.640</u>	<u>474.940</u>

- As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.
- A Companhia e a controlada CPC não registraram o ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas por não haver expectativas de geração de lucros tributáveis no longo prazo. As bases acumuladas para cálculo e os saldos do ativo fiscal diferido (IRPJ / CSLL) que seriam utilizados caso fossem registrados, seriam os seguintes:
- | | |
|-------------------------------------|-------------------|
| Controladora | 31/12/2010 |
| Prejuízos Fiscais e Bases Negativas | 69.215 |
| IRPJ / CSLL diferidos | 23.533 |
| CPC | 31/12/2010 |
| Prejuízos Fiscais e Bases Negativas | 36.800 |
| IRPJ / CSLL diferidos | 12.512 |

		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante				
Pagamentos antecipados relacionados à concessão-início da concessão (1)		82.779	68.036	34.360
Não circulante				
Pagamentos antecipados relacionados à concessão-início da concessão (1)		2.061.647	1.740.213	851.297
Despesa antecipada de outorga fixa-extensão do prazo da concessão (2)		413.020	297.775	192.043
		2.474.667	2.037.988	1.043.340

(2) A mudança do prazo de concessão, mencionada no contexto operacional, não impactou no valor dos pagamentos mensais de outorga fixa, descritos na nota explicativa nº. 35. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa reconhecido no resultado ao novo prazo de concessão, as controladas ViaOeste, AutoBAn e a controlada em conjunto Renovais, nesta última para fins desta demonstração, passaram a tratar parte do valor pago mensalmente ao Poder Concedente como despesas a prazo antecipadamente. Esse saldo será apropriado no período correspondente ao aumento do prazo de concessão, de forma que o custo de outorga fixa seja reconhecido de forma linear no resultado durante o prazo remanescente da concessão, conforme segue:

- de abril de 2018 até dezembro de 2022-ViaOeste;
- de maio de 2018 até dezembro de 2026-AutoBAn; e
- de abril de 2018 até maio de 2022-Renovais.

15. DESPESAS ANTECIPADAS E OUTROS

(*) A Companhia registra os depósitos judiciais como ativos financeiros até o momento da solução das questões às quais eles estão associados, quando os mesmos serão resgatados ou liquidados dos passivos.

Controladas	Prestados	Receitas	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (a)	-	-	1.414	-	7	-
Actua Assessoria S.A.	426	-	-	-	5.625	-
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	2	-	-	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo-ViaOeste S.A. (e)	-	6.299	247	1.724	27	-
Concessionária do Rododanel Oeste S.A. (b)	-	83	-	703.601	-	-
Companhia de Participações em Concessões (Divisão Engelog)	317	-	-	-	-	-
Consórcio Operador Parques (a)	-	25.629	45	-	-	-
CCR S.A. (Divisão Actua)	369	-	-	-	-	-
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	-	2.861	54	-	8	-
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (e)	-	14.206	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	657	2	-	3	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	928	-	-	-	-
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	-	1.554	-	-	3	-
Conces. do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (e)	-	11.863	6	-	48	-
Conces. da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (g)	-	3.046	22.738	-	58	-
Companhia de Participações em Concessões	91	352	114	-	366	-
Rodovias Integradas do Oeste S.A. (f)	-	19.374	6.196	192.058	-	-
Inovap 5 Adm. e Partic. Ltda.	-	-	-	-	945	-

	Prestados	Receitas	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Controladas						
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (a)	-	-	1.414	-	7	-
Actua Assessoria S.A.	426	-	-	-	5.625	-
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	2	-	-	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo-ViaOeste S.A. (e)	-	6.299	247	1.724	27	-
Concessionária do Rodaoel Oeste S.A. (b)	-	83	-	703.601	-	-
Companhia de Participações em Concessões (Divisão Engelog)	317	-	-	-	-	-
Consórcio Operador Parques (a)	-	25.629	45	-	-	-
CCR S.A. (Divisão Actua)	369	-	-	-	-	-
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	-	2.861	54	-	8	-
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (e)	-	14.206	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	657	2	-	3	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	928	-	-	-	-
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	-	1.554	-	-	3	-
Conces. do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (e)	-	11.863	6	-	48	-
Conces. da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (g)	-	3.046	22.738	-	58	-
Companhia de Participações em Concessões	91	352	114	-	366	-
Rodovias Integradas do Oeste S.A. (f)	-	19.374	6.196	192.058	-	-
Inovap 5 Adm. e Partic. Ltda.	-	-	-	-	945	-

D. Consolidado	Transações			Saldos			
	Serviços Prestados	Imobilizado	Receitas	Ativo		Passivo	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não circulante
Controladoras							
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.291	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (h)	-	-	-	-	-	-	720
Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.142	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (c)	-	-	-	-	-	12	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (h)	-	-	-	-	-	-	720
Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (c)	-	12.077	-	-	-	5.909	-
Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (h)	-	-	-	-	-	-	476
Controladas							
Companhia de Participações em Concessões (Divisão Engelog)	-	-	672	-	-	-	-
Actua Assessoria S.A.	-	-	1.678	-	-	-	-
CCR S.A. (Divisão Actua)	-	-	1.638	-	-	-	-
Controladas em conjunto							
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)	-	-	-	126.856	-	8	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	2.796	-	-	9.579	-	32	-
Outras partes relacionadas							
COPER-Consórcio Operador da Rodovia							
Presidente Dutra (b)	304.412	-	-	-	-	24.961	-
Consórcio Operador Parques (d)	3.698	-	-	-	-	196	-
Consórcio Vila Velha (e)	-	2.761	-	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	23	-	8	-
CORI-Cons Oper Rodovias Integradas (g)	222	-	-	-	-	71	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Benito Roggio Transporte Ltda. (f)	-	-	-	-	1.719	-	-
RATP Developpment S.A. (f)	-	-	-	-	1.719	-	-
Encalco Construções S.A. (j)	-	-	-	-	-	-	37.031
Cesbe S.A. Engenharia e Equipamentos	-	-	-	-	-	98	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	-	6.838	-
Mitsui & Co Ltda. (i)	-	-	-	-	-	2.198	-
Montgomery Participações S.A. (i)	-	-	-	-	-	6.593	-
Profissionais chave							
Remuneração dos administradores	38.028	-	-	-	-	14.064	-
Plano de incentivo de longo prazo	8.639	-	-	-	-	9.211	8.775
Total, 31 de dezembro de 2010	<u>357.795</u>	<u>14.838</u>	<u>3.988</u>	<u>136.458</u>	<u>3.438</u>	<u>72.638</u>	<u>47.722</u>
Total, 31 de dezembro de 2009	<u>250.215</u>	<u>122.674</u>	<u>5.562</u>	<u>97.977</u>	<u>1.902</u>	<u>93.670</u>	<u>10.890</u>
Total, 01 de janeiro de 2009				<u>74.672</u>	<u>1.109</u>	<u>56.204</u>	<u>10.633</u>

- (a) Valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para as controladas no período subsequente;
- (b) Refere-se ao custo de operação, manutenção e conservação da controlada NovaDutra;
- (c) Contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias;
- (d) Refere-se ao custo para execução de manutenção de serviços de conservação e operação da controlada RodoNorte;
- (e) Obras nas rodovias operadas pela controlada RodoNorte;
- (f) Contratos de mútuo com as empresas, remunerados pelo IPC +1% a.m., com vencimentos em 1º de fevereiro de 2015 e 1º de agosto de 2016;
- (g) Refere-se ao custo de operação, manutenção e conservação da controlada SPVias;
- (h) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (i) Contratos de mútuo da controlada em conjunto ViaQuatro com as empresas Montgomery e Mitsui, remunerados a variação acumulada de 115% a.a. do CDI com vencimento em 18 de junho de 2011; e
- (j) Contratos de mútuo, remunerados a variação acumulada de 114% a.a. do CDI para a controlada RodoAnel com a empresa Encalco. O vencimento previsto para o contrato é 15 de novembro de 2024. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas.

Os montantes referentes a despesas (controladora e consolidado) com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo.

Na AGO realizada em 28 de abril de 2010, foi fixada a remuneração dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 19.913, a qual não inclui plano de incentivo de longo prazo.

	Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009

Participações em emp

total	
-------	--

[illegible]

Saldo em 01 de janeiro de 2000

	Parques	Actua Serviços	Actua Assessoria	EngeLog	SAMM	CPSP	México	CCR USA	TOTAL
Saldo em 01 de janeiro de 2009 (reclassificado)	704	(34)	10.782	(6.022)	1	1	3.644	(203)	2.055.571
Resultado de equivalência patrimonial	396	16.709	12.706	18.649	-	-	(1.924)	(657)	764.078
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	637	340.681
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(695)	(16.580)	(11.104)	(18.600)	-	-	-	-	(634.230)
Dividendos e JSCP propostos no ano anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	(301.723)
Dividendos e JSCP propostos no ano corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	157.767
Lucro não realizado	-	-	(658)	(2.327)	-	-	-	-	(1.142)
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	(627)	299	(328)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	8.300	-	-	-	-	8.300
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reclassificado) (*)	405	95	11.726	-	1	1	1.093	76	2.388.974
Resultado de equivalência patrimonial (**)	(451)	7.665	6.331	8.467	(4.057)	(1.398)	(2.381)	(190)	646.258
Aumento de capital	-	-	-	-	6.194	4.295	2.289	176	195.550
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(6.583)	(5.457)	(5.750)	-	-	-	-	(586.366)
Dividendos e JSCP propostos no ano anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	(157.767)
Dividendos e JSCP propostos no ano corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	8.797
Incorporação - transferência PL	-	(1.177)	-	(4.398)	-	-	-	-	(1.177)
Incorporação - Passivo a descoberto	-	-	-	10.380	-	-	-	-	-
Lucro não realizado	-	-	862	(399)	-	-	-	-	9.001
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	(72)	(2)	(74)
Provisão para passivo a descoberto	46	-	-	(8.300)	-	-	-	-	55.627
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (*)	-	-	13.462	-	2.138	2.898	929	60	2.558.823

(**) Para obter o resultado da equivalência informado na controladora, somar esta linha ao valor do lucro não realizado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

	NovaDutra (**)			AutoBAn (**)			ViaLagos (*)			Ponte (*)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Capital social integralizado	257.912	230.769	208.601	246.750	218.750	176.172	11.292	11.292	11.292	28.297	26.662	24.502
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	128.766	128.766	128.766	175.000	175.000	175.000	35.168	35.168	35.168	19.421	19.421	19.421
Ordinárias	64.383	64.383	64.383	175.000	175.000	175.000	17.584	17.584	17.584	9.711	9.711	9.711
Preferenciais	64.383	64.383	64.383	-	-	-	17.584	17.584	17.584	9.710	9.710	9.710
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	351.665	362.509	594.749	867.373	680.173	535.948	20.382	18.072	15.924	31.757	38.908	34.292
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	351.663	362.509	594.749	867.373	680.173	535.948	20.382	18.072	15.924	31.758	38.908	34.292
	RodoNorte			ViaOeste			RodoAnel			STP		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Capital social integralizado	107.480	107.480	107.480	139.763	139.763	139.763	200.000	200.000	8.000	49.050	37.050	16.358
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	1.846.936	1.846.936	1.846.936	13.976.292	13.976.292	13.976.292	190.000	190.000	44.192	8.529	8.529	8.529
Ordinárias	645.198	645.198	645.198	6.988.146	6.988.146	6.988.146	95.000	95.000	22.096	8.529	8.529	8.529
Preferenciais	1.201.738	1.201.738	1.201.738	6.988.146	6.988.146	6.988.146	95.000	95.000	22.096	-	-	-
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	248.974	333.211	275.722	408.001	391.021	317.963	(67.243)	116.506	(1.901)	121.025	68.875	50.099
Participação no capital social, no final do exercício - %	85,92	85,92	85,92	100,00	100,00	100,00	95,00	95,00	95,00	38,25	38,25	38,25
Participação no patrimônio líquido	213.919	286.295	236.900	408.001	391.021	317.963	(63.881)	110.681	(1.806)	46.292	26.345	19.163
	ViaQuatro			Parques			CCR México			CCR USA		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Capital social integralizado	123.885	73.635	46.035	10	10	10	12.264	9.975	9.937	7.076	6.900	6.263
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	86.772	63.572	63.572	9	9	9	4.100	4.100	4.100	0,3	0,3	0,2
Ordinárias	44.882	32.882	32.882	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Preferenciais	41.890	30.690	30.690	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	-	9	9	9	4.100	4.100	-	0,3	0,3	0,2
Patrimônio líquido	113.284	88.091	46.034	(54)	471	819	929	1.093	3.644	60	76	(203)
Participação no capital social, no final do exercício - %	58	58	58	85,92	85,92	85,92	100	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	65.705	51.093	26.700	(46)	405	704	929	1.093	3.644	60	76	(203)
	CPC (*)			SAMM (*)			CPCSP (*)			Actua Assessoria (***)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Capital social integralizado	572.547	413.148	270.081	6.201	1	1	4.301	1	1	10	10	10
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	455.278	445.580	270.081	3.201	1	1	1.301	1	1	10	10	10
Ordinárias	227.639	222.790	135.041	1.601	0,5	0,5	651	0,5	0,5	-	-	-
Preferenciais	227.639	222.790	135.040	1.600	0,5	0,5	650	0,5	0,5	-	-	-
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	10
Patrimônio líquido (antes incorporação)	549.979	406.086	265.296	2.140	1	1	2.901	1	1	13.698	11.643	10.743
Incorporação - Transferência PL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação - Lucro não realizado	(10.342)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (após incorporação)	539.637	414.626	269.561	2.140	1	1	2.898	1	1	13.462	11.738	10.793
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	534.241	410.480	266.865	2.138	1	1	2.898	1	1	13.462	11.726	10.782
	Controladora			Consolidado								
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009						
Capital social integralizado	2.025.342	2.026.358	791.761	2.025.342	2.026.108	791.761						
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	441.397	441.397	403.102	441.397	441.397	403.102						
Ordinárias	441.397	441.397	403.102	441.397	441.397	403.102						
Preferenciais	-	-	-	-	-	-						
Quotas	-	-	-	-	-	-						
Patrimônio líquido	3.182.387	3.371.367	2.041.935	3.140.390	3.345.171	1.995.141						

(*) Participação direta e indireta por meio da Actua Assessoria S.A.
(**) Participação direta e indireta por meio da Companhia de Participação em Concessões (CPC).
(***) Participação direta e indireta por meio da Actua Serviços Compartilhados Ltda. (Actua Serviços). A Actua Serviços foi incorporada em 31 de maio de 2010 pela CCR.

d. Demonstrações financeiras resumidas das investidas

	NovaDutra			AutoBAn			ViaLagos			Ponte		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Total do ativo	1.351.127	1.178.641	1.059.050	2.717.005	2.203.575	1.856.714	121.107	133.920	155.607	89.810	99.276	117.450
Total do passivo circulante e não circulante	999.462	816.810	747.976	1.849.631	1.628.088	1.320.766	100.725	115.848	139.684	58.053	60.388	84.438
Total das receitas do exercício	1.033.915	864.184	-	1.618.310	1.328.146	-	63.848	58.496	-	124.862	109.191	-
Resultado líquido do exercício	131.218	139.494	-	410.336	334.089	-	22.004	29.803	-	22.585	26.206	-
	RodoNorte			ViaOeste			RodoAnel			STP		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Total do ativo	696.148	639.958	630.621	1.398.595	1.402.522	1.126.651	2.464.482	2.310.343	946.964	242.207	174.489	126.428
Total do passivo circulante e não circulante	447.175	342.864	367.528	990.594	1.032.481	808.687	2.531.724	2.193.863	948.864	204.711	148.144	112.021
Total das receitas do exercício	412.065	357.255	-	704.623	706.389	-	203.392	161.752	-	107.435	77.004	-
Resultado líquido do exercício	106.937	93.658	-	147.062	147.976	-	163.722	(73.620)	-	30.344	18.571	-
	ViaQuatro			Parques			CCR México			CCR USA		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Total do ativo	413.393	213.435	155.754	1.573	5.139	5.131	1.022	1.148	3.691	96	85	69.507
Total do passivo circulante e não circulante	347.690	164.432	129.054	1.626	4.668	4.312	92	54	47	36	9	69.711
Total das receitas do exercício	158.487	65.111	-	515	1.544	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(14.534)	-	-	(525)	461	-	(2.381)	(1.924)	-	(190)	657	-
	CPC			SAMM			CPCSP			Actua Assessoria		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Total do ativo	95.610	415.804	269.562	3.456	1	1	3.197	1	1	13.809	18.333	14.947
Total do passivo circulante e não circulante	23.405	1.175	1.176	1.316	-	-	295	-	-	(19)	5.737	3.965
Total das receitas do exercício	24.719	-	-	-	-	-	-	-	-	19.733	38.687	-
Resultado líquido do exercício	10.501	3.176	-	(4.057)	-	-	(1.398)	-	-	6.339	12.730	-
	Actua Serviços			Engellog								
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009						
Total do ativo	-	4.183	3.326	-	29.153	30.015						
Total do passivo circulante e não circulante	-	3.890	3.153	-	27.470	28.381						
Total das receitas do exercício	14.925	33.092	-	45.849	135.504	-						
Resultado líquido do exercício	7.476	16.715	-	8.467	18.668	-						

Outras informações relevantes

Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a mesma foi encerrada por acordo, homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

ii. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

Ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002) e da decisão homologatória das respectivas transações (item "i"), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o Contrato de Concessão. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item "i"). Tendo ocorrido tal julgamento, a ação retomou seu andamento e encontra-se em fase de instrução.

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes. A Controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada, provisoriamente, até julgamento de todos os recursos interpostos.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da Controlada. Em razão disso, os acionistas e a Controlada ajustaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Movimentação do custo											
Consolidado						31/12/2010					
01/01/2009	31/12/2009					31/12/2010					
Custo	Aquisição Controlar	Adições	Baixas	Transferências (a)	Custo	Aquisição SPVias	Adições	Baixas	Transferências (a)	Transferência - Incorporação	Custo
Móveis e Utensílios	13.587	484	1.299	(532)	2.651	17.489	1.720	1.085	(1.107)	2.460	21.647
Máquinas e Equipamentos	109.374	2.656	15.774	(3.290)	(2.511)	122.003	15.309	25.935	(9.768)	15.438	168.917
Veículos	42.773	321	30	(1.899)	4.590	45.815	11.636	430	(2.243)	21.740	77.378
Instalações e Edificações	6.259	17.757	6.651	(20)	3	30.650	613	12.786	(568)	95	43.053
Sistemas Operacionais	268.182	-	1.231	(4.654)	6.657	271.416	11.477	1.410	(4.480)	16.526	296.349
Imobilizações em Andamento	74.503	-	75.505	52	(29.049)	121.011	2.034	103.447	(21)	(87.686)	138.785
Adto de fornecedores para imobilizado	2.135	-	348	(2)	(369)	2.112	126	123	-	(127)	2.757
	516.813	21.218	100.838	(10.345)	(18.028)	610.496	42.915	145.216	(18.187)	(31.554)	748.886

(a) Os valores de R\$ 31.554 em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 18.028 em 31 de dezembro de 2009, correspondem às reclassificações do ativo imobilizado para intangível. O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação. Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 13.928 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 5.664 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 1.171 desde o início das concessões até 1º de janeiro de 2009.

Movimentação da depreciação											
Consolidado						31/12/2010					
01/01/2009	31/12/2009					31/12/2010					
Depreciação	Aquisição Controlar	Adições	Baixas	Transferências (a)	Depreciação	Aquisição SPVias	Adições	Baixas	Transferências (a)	Transferência - Incorporação	Depreciação
Móveis e Utensílios	(6.873)	(40)	(1.357)	319	77	(7.874)	(1.119)	548	-	-	(10.216)
Máquinas e Equipamentos	(58.964)	(311)	(17.783)	2.380	7.111	(67.567)	(7.321)	5.636	(60)	-	(89.325)
Veículos	(24.971)	(47)	(7.125)	1.580	(554)	(31.117)	(7.228)	1.952	-	-	(43.894)
Instalações e Edificações	(4.384)	(995)	(1.422)	-	-	(6.801)	(159)	1	-	-	(10.719)
Sistemas Operacionais	(152.703)	-	(23.858)	4.079	(602)	(173.084)	(8.422)	3.770	62	-	(201.610)
	(247.895)	(1.393)	(51.545)	8.358	6.032	(286.443)	(24.249)	(56.981)	11.907	2	(355.764)

(a) O valor de R\$ 6.032 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 2 em 31 de dezembro de 2010 correspondente às reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

19. ATIVOS INTANGÍVEIS

Taxa anual			Controladora								
de amortização			31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	%		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	20		4.518	(1.271)	3.247	609	(465)	144	477	(331)	146
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20		2.946	(287)	2.659	-	-	-	-	-	-
Direito da concessão - Ágio (a)	(*)		41.788	(25.661)	16.127	41.788	(22.358)	19.430	41.788	(17.926)	23.862
			49.252	(27.219)	22.033	42.397	(22.823)	19.574	42.265	(18.257)	24.008
Taxa anual			Consolidado								
de amortização			31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	%		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (b)	(*)		7.046.781	(1.392.331)	5.654.450	5.489.514	(1.088.732)	4.400.782	4.697.501	(929.068)	3.768.433
Direitos de uso de sistemas informatizados	20		39.229	(22.497)	16.732	29.795	(18.568)	11.227	25.637	(14.363)	11.274
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20		19.892	(6.788)	13.104	14.050	(5.051)	8.999	10.798	(2.666)	8.132
Direito da concessão - Ágio (a)	(*)		1.826.514	(130.028)	1.696.486	642.395	(86.862)	555.533	505.676	(61.256)	444.420
			8.932.416	(1.551.644)	7.380.772	6.175.754	(1.199.213)	4.976.541	5.239.612	(1.007.353)	4.232.259

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

21. DEBÊNTURES

	Taxas contratuais	Custo efetivo	Custo de transação	Saldo dos custos de	Vencimentos	Controladora			Consolidado		
		(% a.a)	incorridos	transação a apropriar		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
1.1 Série única	IGP-M + 11% a.a.	11,2495% (a)	886	-	Maio de 2010	-	-	-	-	-	-
1.1 Série única	115,50% do CDI	0,0169% (b)	1.645	1.377	Novembro de 2015	-	-	-	215.384	-	56.107
1.2 Série única	100% do CDI + 1,6% a.a.	0,3499% (b)	1.046	-	Setembro de 2009	-	-	-	-	-	-
1.2 Série única	105% do CDI	0,2388% (b)	1.601	22	Março de 2011	38.812	77.042	310.788	-	-	310.788
1.2 Série única	14,75% a.a.	15,5213% (a)	17.532	15.213	Dezembro de 2018	485.334	484.150	483.015	485.334	484.150	483.015
1.2 Série 1	112% do CDI	0,7282% (b)	3.550	1.976	Agosto de 2012	467.823	462.459	-	467.823	462.459	-
1.2 Série 2	IPCA + 7,5% a.a.	0,6215% (a)	1.188	831	Agosto de 2014	164.575	155.462	-	164.575	155.462	-
1.3 Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8793% (a)	877	232	Abril de 2014	-	-	-	93.848	105.270	128.656
1.3 Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8759% (a)	877	208	Outubro de 2013	-	-	-	80.237	96.048	122.183
1.3 Série 3	103,3% do CDI	1,1846% (b)	2.809	223	Abril de 2012	-	-	-	138.311	228.682	323.447
1.3 Série única	108% do CDI	0,0176% (b)	662	479	Setembro de 2012	-	-	-	140.129	-	-
1.3 Série única	106,50% do CDI	0,0742% (b)	60	56	Dezembro de 2011	-	-	-	75.880	-	-
1.4 Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	3.668	1.272	Julho de 2015	-	-	-	166.840	203.556	240.164
1.4 Série 2	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (a)	2.431	966	Julho de 2015	-	-	-	152.058	163.669	194.263
1.4 Série 3	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (a)	2.431	885	Janeiro de 2015	-	-	-	134.034	150.188	183.181
1.4 Série única	117% do CDI	0,0111% (b)	1.494	1.163	Dezembro de 2016	-	-	-	249.660	250.479	-
1.5 Série 1	117,50% do CDI	0,0136% (b)	188	117	Novembro de 2012	-	-	-	42.624	38.140	-
1.5 Série 2	117,50% do CDI	0,0136% (b)	3.577	2.226	Novembro de 2012	-	-	-	809.859	724.668	-
1.6 Série única	CDI + 1,90% a.a.	0,1784% (b)	1.212	373	Fevereiro de 2015	-	-	-	55.627	-	-
1.7 Série única	116,5% do CDI	-	-	-	Setembro de 2011	-	-	-	822.753	-	-
1.8 Série 1	IGP-M + 9,5% a.a.	10,0164% (a)	1.469	-	Janeiro de 2010	-	-	-	-	-	29.269
1.8 Série 1	IGP-M + 9,5% a.a.	10,0164% (a)	1.469	-	Julho de 2010	-	-	-	-	24.181	49.261
1.8 Série 1	110,50% do CDI	0,0139% (b)	1.628	1.588	Outubro de 2015	-	-	-	302.968	-	-
1.8 Série 2	112,50% do CDI	0,0139% (b)	1.085	1.058	Outubro de 2015	-	-	-	202.033	-	-
Total						1.156.544	1.179.113	911.170	4.838.789	3.191.579	2.237.701
Circulante											
Debêntures						65.933	62.286	354.821	1.384.132	377.993	622.609
Custos de transação						(2.869)	(2.750)	(2.121)	(7.602)	(6.038)	(4.854)
Total						63.064	59.536	352.700	1.376.530	371.955	617.755
Não Circulante											
Debêntures						1.108.653	1.137.618	575.000	3.484.922	2.843.795	1.642.332
Custos de transação						(15.173)	(18.041)	(16.530)	(22.663)	(24.171)	(22.386)
Total						1.093.480	1.119.577	558.470	3.462.259	2.819.624	1.619.946

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

Cronograma de desembolsos (não circulante)			
	Controladora	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2010	
2012	501.665	1.739.394	
2013	53.494	460.970	
2014	53.494	418.604	
Após 2014	500.000	865.954	
Total	1.108.653	3.484.922	

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1.1 RodoNorte

Em 15 de abril de 2010, a controlada, através de sua Segunda Emissão, emitiu duzentas debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com distribuição pública com esforços restritos, de série única, com valor nominal de emissão de R\$ 200.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 11 de maio de 2010. As Debêntures farão jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 115,5% do CDI a.a..

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas semestrais, entre 15 de novembro de 2012 e 15 de novembro de 2015;
- Juros: parcelas semestrais, entre 15 de maio de 2011 e 15 de novembro de 2015.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período de cada ano apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
- Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3;
- Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0;
- (Dívida Líquida + Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e / ou afiliadas) / EBITDA menor ou igual a 4,0.
 - Dívida = Soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo, as Debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de terceiros, exceto mútuos contraídos com acionistas controladores;
 - Dívida líquida = Dívida subtraída do saldo das seguintes contas do ativo circulante do balanço patrimonial da emissora: (i) caixas e bancos e (ii) aplicações financeiras;
 - EBITDA (lucro antes do imposto de renda e da contribuição social + depreciação e amortização - receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses;
 - Serviço da Dívida = Todos os valores pagos de principal e juros relacionados à Dívida durante o referido período de doze meses.
- Contrair ou manter qualquer dívida, sem o consentimento dos Financiadores, exceto as seguintes:
 - Dívidas que gozem de garantias e/ou tenham senioridade superior à presente emissão, salvo se, quando da contratação da dívida, o quociente obtido entre a divisão (a.i) da soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, debêntures, notas promissórias, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de terceiros, que gozem de garantias e/ou tenham senioridade superior à da presente Emissão; pelo (a.ii) EBITDA, seja igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros);
 - Financiamentos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, salvo se, quando da contratação do financiamento, (b.i) nenhum outro credor em qualquer outro endividamento da Emissora gozar de garantias reais e (b.ii) seja atendido o índice financeiro “Dívida Líquida / EBITDA ≤ 3,0”.
 - Dívidas com senioridade igual ou inferior à da presente Emissão, salvo se, quando da contratação da dívida, for atendido o índice financeiro “Dívida Líquida / EBITDA ≤ 3,0”;
 - Dívida com os acionistas da emissora, salvo se, quando da contratação da dívida, for atendido o índice financeiro (Dívida Líquida + Mútuos contraídos com os controladores diretos ou indiretos e / ou afiliadas) / EBITDA ≤ 4,0; e
 - Quaisquer outras dívidas, salvo se aprovadas pela maioria simples dos debenturistas.

1.2 CCR

- Em 1º de março de 2005, a Companhia emitiu quinze debêntures nominativas escriturais quirográficas (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com valor nominal total de emissão de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 4 de abril de 2005, no valor total de R\$ 152.733.

A remuneração das debêntures é baseada na variação acumulada de 105% do CDI a.a., paga semestralmente a partir da data de emissão.

O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 1º de março de 2008 e 1º de março de 2011.

- Em 29 de dezembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações da espécie quirografia (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R\$ 500.000.

A remuneração da debênture é baseada em juros de 14,75% a.a..

O valor nominal atualizado da debênture e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas anuais, entre 29 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2018;
- Juros: parcelas semestrais, entre 29 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2018.

A debênture poderá ser resgatada antecipadamente, a critério da emissora, desde que verificados cumulativamente: (i) prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de emissão; e (ii) ocorrência da Comprovação dos Investimentos nos termos e condições descritos na escritura de debênture.

- Em 1º de agosto de 2009, a Companhia emitiu 598.156 (quinhentas e noventa e oito, cento e cinquenta e seis) debêntures simples, não-conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, da quinta emissão da CCR, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 598.156.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada na variação acumulada de 112% do CDI a.a., enquanto que a da segunda série é de 7,5% a.a. mais a atualização do principal baseada no IPCA.

Em 23 e 28 de abril a Companhia contratou operações de swap para proteção contra variações do IPCA, conforme mencionado na nota explicativa 24.

Os montantes, prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série (R\$ 448.156): prazo de três anos, com amortização em 1º de agosto de 2012 e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de fevereiro de 2010 e 1º de agosto de 2012;
 - Segunda série (R\$ 150.000): prazo de cinco anos, com amortizações em 1º de agosto de 2012 (33,34%), 2013 (33,33%) e 2014 (33,33%) e pagamento de juros anualmente, entre 1º de agosto de 2010 e 1º de agosto de 2014;
- As Debêntures de ambas as séries poderão ser resgatadas antecipadamente, a critério da emissora.
- Um dos principais eventos de vencimento antecipado é:
- Não manutenção, por dois trimestres consecutivos dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
 - Dívida líquida = soma dos empréstimos e financiamentos, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, diminuído do somatório de: (i) disponibilidades; e (ii) saldo de Conta Reserva registrada no realizável a longo Prazo;
 - Disponibilidades = (Caixa e Bancos + Aplicações Financeiras + Conta Reserva);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização - receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.
 - EBITDA/Despesas Financeiras inferior a 2 onde:
 - Despesas financeiras ao longo dos últimos 12 meses, apurados pelo regime competência, excluída as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de *hedge* cambial, deduzidas das receitas financeiras, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de *hedge* cambial, calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas, em bases consolidadas.

1.3 AutoBAn

Em 1º de abril de 2006, a controlada emitiu cinquenta e uma debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de nove mil e oitocentas debêntures cada uma e a terceira série de trinta e uma mil e quatrocentos debêntures, com valor nominal total de emissão de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, no valor total de R\$ 533.883.

As debêntures da primeira e da segunda série terão seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada na variação acumulada de 103,3% do CDI a.a.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2014;
 - Juros: anualmente, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2014.
- Segunda série:
 - Amortização: cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e 1º de outubro de 2013;
 - Juros: anualmente entre 1º de outubro de 2007 e 1º de outubro de 2013.
- Terceira série:
 - Amortização: sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2012;
 - Juros: vencimentos semestrais, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2012.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao agente fiduciário.

Em 25 de março de 2010, a controlada realizou a 2ª. emissão pública de debêntures, emitindo cento e trinta debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 130.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 01 de abril de 2010, no valor total de R\$ 130.000.

As debêntures não terão seu valor nominal atualizado e a remuneração será baseada na variação acumulada de 108% do CDI a.a..

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: uma única parcela na data de vencimento do contrato em 25 de setembro de 2012;
- Juros: semestralmente, entre 25 de março de 2011 e 25 de setembro de 2012.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora. Caso o resgate antecipado ocorra até o final do 12º mês da data de emissão, ao valor do resgate será acrescido um prêmio de 0,5%.

Em 22 de novembro de 2010, a controlada realizou a 3ª emissão pública de debêntures, emitindo quinze debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 75.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 29 de novembro de 2010, com o mesmo valor de emissão.

As debêntures não terão seu valor nominal atualizado e a remuneração será baseada na variação acumulada de 106,5% do CDI a.a.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: uma única parcela na data de vencimento do contrato em 22 de dezembro de 2011;
- Juros: em uma única parcela na data de seu vencimento.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora

1.4 ViaOeste

Em 1º de julho de 2007, a controlada emitiu sessenta e cinco mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de vinte e oito mil debêntures e a segunda e a terceira séries de dezoito mil e quinhentas debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1º de agosto de 2007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada na variação acumulada de 104,5% do CDI a.a., enquanto que as da segunda e da terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter sem o consentimento dos Financiadores qualquer dívida exceto as listadas: (i) dívidas subordinadas; (ii) empréstimos de capital de giro que não excedam o valor do principal total de R\$ 50.000; (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de investimentos não previstos no Contrato de Concessão, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão; e (iv) outras dívidas, desde que: (a) aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas por maioria simples das Debêntures em circulação; e (b) seja observado o limite estabelecido no item “a”, parágrafo primeiro do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
- Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
- Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
 - Dívida líquida = dívida relacionada à emissão das debêntures + outras dívidas financeiras permitidas - o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização - receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.

Em 22 de dezembro de 2009, a controlada realizou a 2ª. emissão pública de debêntures, emitindo duzentas e cinquenta debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, da segunda emissão, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com valor nominal total da emissão de R\$ 250.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 23 de dezembro de 2009.

As Debêntures farão jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 117% do CDI a.a..

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas semestrais, entre 22 de dezembro de 2011 e 22 de dezembro de 2016;
- Juros: parcelas semestrais, pagas nos dias de 22 de dezembro e de junho de cada ano até a data de vencimento, iniciadas em 22 de junho de 2010.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

1.5 RodoAnel

Em 9 de outubro de 2009, a controlada realizou a 1ª. emissão pública de debêntures, emitindo vinte debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em duas séries, sendo a primeira de uma debênture e a segunda de dezenove debêntures, com valor nominal total de emissão de R\$ 750.000, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas em 09 de outubro de 2009. As debêntures da 1ª série e as debêntures da 2ª série serão garantidas, respectivamente, por fianças prestadas pela Encalço e pela CCR.

A remuneração das debêntures será baseada na variação acumulada de 117,5% do CDI a.a. e as parcelas de juros serão pagas nas seguintes datas: 15 de maio de 2011, 15 de novembro de 2011, 15 de maio de 2012 e 15 de novembro de 2012, esta última correspondente à data de vencimento, quando será devida a última parcela de juros e a totalidade do valor do principal.

1.6 CPC - Renovias

Em 01 de fevereiro de 2010, a controlada em conjunto realizou a 1ª. emissão pública de debêntures, emitindo cento e quarenta debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, de valor nominal unitário de R\$ 1.000, sendo o valor total de emissão de R\$ 140.000.

A remuneração das debêntures será baseada na variação acumulada do CDI, acrescida exponencialmente de um cupom de 1,90% a.a. com seu vencimento em 01 de fevereiro de 2015 e os seus juros remuneratórios serão pagos mensalmente no dia 01 de cada mês até o seu vencimento, sendo o primeiro pagamento em 01 de março de 2010 e a amortização do valor nominal das debêntures ocorrerá em 37 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga em 01 de fevereiro de 2012. A debênture pode ser amortizada extraordinariamente a qualquer momento, sendo a amortização extraordinária efetuada no período de carência do principal o valor será acrescido um prêmio de 0,60%.

O principal critério para o estabelecimento de vencimento antecipado é caso a emissora: (i) realize novas emissões de debêntures exceto da espécie subordinada ou cuja a destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão do direito de exploração de qualquer rodovia de que a emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do referido contrato de concessão; e (ii) contraia ou mantenha empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades da emissora, que excedam, a qualquer momento, o valor principal total de R\$ 40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas.

1.7 SPVias

Em 22 de dezembro de 2010, a controlada assumiu por sucessão a 1ª emissão pública de debêntures, emitindo oitocentas debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória da Controladora, em série única, emitidas em 13 de dezembro de 2010 e aditadas em 17 de dezembro de 2010, de valor nominal unitário de R\$ 1.021, sendo o valor total de emissão de R\$ 817.387, sendo subscritas e integralizadas em 22 de outubro de 2010.

As debêntures não terão seu valor nominal atualizado e a remuneração será baseada na variação acumulada de 11

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Saldo Prov. c/ Passivo em 01/01/2009				Saldo Total em 31/12/2009				Saldo Prov. c/ passivo em 31/12/2009				Outorga entre 01.01 e 31.12.2010				Canceladas entre 01.01 e 31/12/2010			
		Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.08	Total			Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31/12/2009	Total			Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31/12/2010	Total			Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31/12/2010	Total
Plano 1	Programa 1 (2005)	49.534	52,96	2.623				-	-	-			-	-	-		-	-	-
Plano 1	Programa 2 (2005)	58.837	57,38	3.376	53.085	67,74	3.596	53.085	67,74	3.596	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa NN (2005)	33.964	59,41	2.018	29.374	67,74	1.990	29.374	67,74	1.990	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa 3 (2006)	67.431	49,30	3.325	60.347	57,96	3.498	60.347	57,96	3.498	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 4 (2007)	153.141	11,35	1.739	377.464	14,05	5.303	377.464	14,05	5.303	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 5 (2008)	76.451	10,86	830	336.843	13,91	4.684	115.504	12,23	1.412	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 6 (2009)	-	-	-	250.200	13,52	3.383	46.365	13,45	622	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo aquisição UI's		-	-	(224)	-	-	(229)	-	-	(229)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		439.358	-	13.687	1.107.313	-	22.225	682.139	-	16.192	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Exercidas entre 01.01 e 31/12/2010				Saldo Total em 31/12/2010			Exercíveis em junho de 2011			Saldo Prov. c/ passivo em 31/12/2010			
		Quantidade de UI's	Valor de resgate da UI (R\$)	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31/12/2010	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31/12/2010	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31/12/2010	Total
Plano 1	Programa 1 (2005)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa 2 (2005)	53.085	75,02	3.982	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa NN (2005)	29.374	75,02	2.204	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa 3 (2006)	7.084	55,73	395	53.263	77,22	4.113	53.263	77	4.113	53.263	77,22	4.113
Plano 2	Programa 4 (2007)	26.936	9,78	263	350.528	19,04	6.673	224.708	16	3.684	350.528	19,04	6.673
Plano 2	Programa 5 (2008)	-	-	-	336.843	18,12	6.103	112.281	13	1.491	336.843	18,12	6.103
Plano 2	Programa 6 (2009)	-	-	-	250.200	18,45	4.617	-	-	-	76.806	16,63	1.277
Custo aquisição UI		-	-	(49)	-	-	(180)	-	-	(77)	-	-	(180)
Total		116.479	-	6.795	990.834	-	21.326	390.252	-	9.211	817.440	-	17.986

VJUMP (R\$) = Valor Justo Unitário Médio Ponderado em Reais

VJU (R\$) = Valor Justo Unitário em Reais

Totais em milhares

Premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Critérios de apuração de dados utilizados no modelo de avaliação		Dados
Preço corrente	Preço corrente da UVV com base em números realizados.	R\$ 164,13 para os programas do Plano 1 e R\$ 44,50 para os programas do Plano 2
Preço de exercício	Preço da UVV de resgate, de acordo com os critérios mencionados acima, com atualizações futuras estimadas.	Para os programas 3 e NN1, R\$ 78,85 para 2011 Para o programa 4, R\$ 27,04 para 2011 e R\$ 29,06 para 2012 Para o programa 5, R\$ 31,65 para 2011, R\$ 34,01 para 2012 e R\$ 35,63 para 2013 Para o programa 6, R\$ 33,25 para 2012, R\$ 45,11 para 2013 e R\$ 43,81 para 2014
Tempo	Prazo decorrido entre a data base desta demonstração financeira e prazo de resgate da tranche de cada Programa, conforme informado acima.	180 dias para os resgates de 2011 e 360 dias adicionais para cada ano seguinte
Volatilidade esperada	Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre 01.01.2003 até a data base desta demonstração financeira.	2,59% a.d.
Dividend Yield	Logaritmo natural da média histórica anual entre 2003 e a data base desta demonstração financeira.	4,3% a.a.
Taxa de juros livre de risco	Logaritmo natural da estimativa na data base desta demonstração da Selic para os períodos em análise.	11,97% (2011), 10,08% (2012), 10,18% (2013) e 10,18% (2014)
Expectativa de cancelamento	Taxa histórica de cancelamento de UI's até a data base de apuração desta demonstração financeira.	2,42%
Expectativa de postergação de resgate	Taxa histórica de postergamento de resgate de UI's até a data base de apuração desta demonstração financeira.	51,24% no primeiro ano e 56,66% no segundo ano
Expectativa de exercício antecipado	As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado.	
Modelo utilizado na avaliação	Black-Scholes-Merton	

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER E PARCELAMENTOS

a. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Retidos e a Recolher						
PIS, COFINS e CSLL retidos		54	-	3.980	2.834	-
INSS retido	32	70	-	4.072	2.582	-
IRRF	23	17	-	9.285	5.171	4.506
PIS	189	-	-	3.006	2.311	1.997
COFINS	870	-	145	20.224	17.042	18.236
ISS	194	46	89	25.074	18.085	15.466
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	46	61	87	605	610	2.893
Total circulante	1.433	248	321	66.246	48.635	43.098

b. Impostos e contribuições parcelados

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	34.973	30.163	816
PIS e COFINS	14	12	-	6.315	14.028	19.148
IRRF	-	-	-	34	30	-
INSS	-	-	-	735	651	218
ISS	-	-	-	2.077	-	-
Total circulante	14	12	-	44.134	44.872	20.182
Não circulante						
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	437.736	393.298	309.909
PIS e COFINS	191	175	-	4.143	8.844	29.918
IRRF	-	-	-	384	353	-
INSS	-	-	-	6.425	5.899	-
Total não circulante	191	175	-	448.688	408.394	339.827
Total	205	187	-	492.822	453.266	360.009

Em 16 de novembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a adesão ao programa de parcelamento com redução de juros e multas instituído pela Lei nº 11.941/09. Atualmente, além da controladora, as controladas AutoBAn, ViaOeste, SPVias, NovaDutra e Parques e a controlada em conjunto com a Renovias aderiram ao programa de parcelamento disposto pela Lei nº 11.941/09 e estão aguardando a homologação do parcelamento por parte da Receita Federal do Brasil.

O principal impacto dessa decisão foi a regularização, com os benefícios de redução dos acréscimos legais, das diferenças temporais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro ("CSLL") das controladas AutoBAn e ViaOeste decorrentes das divergências entre os tratamentos fiscal e contábil aplicável às despesas com a parcela fixa da outorga e respectivas variações monetárias. Entre 1º de Julho de 2006 e 30 de Outubro de 2009, as controladas efetuaram o reconhecimento das obrigações com o Poder Concedente em seu passivo não-circulante a cada mês, pelo regime de competência. Na apuração de IRPJ e CSLL, foram feitos os ajustes relativos às diferenças detectadas entre os valores assim lançados e os encargos de atualização do direito de outorga, resultando as diferenças temporais referidas, inclusive com efeitos nos períodos anteriores. Com a adesão ao programa de parcelamento, foi decisão do Conselho de Administração sanar todas as diferenças de IRPJ e CSLL relativas a essa prática, eliminando as divergências detectadas a esse título.

Outros impactos dessa decisão foram, a redução de débitos tributários das demais controladas, inclusive reparcelamentos de débitos tributários já parceladas anteriormente. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão aguardando a homologação do parcelamento por parte da Receita Federal do Brasil, nos seguintes montantes:

	Controladora	Consolidado
IRPJ e CSLL	-	472.710
PIS e COFINS	205	10.458
IRRF	-	418
INSS	-	7.159
	205	490.745

Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 serão pagos a partir do processo de consolidação pela Receita Federal do Brasil, em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, e atualizados mensalmente com base na taxa Selic. O processo de consolidação encontra-se em andamento.

24. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fornecedores e Prestadores de Serviços Nacionais (a)	2.197	1.907	3.860	227.511	185.426	125.972
Fornecedores e Prestadores de Serv.Estrangeiros (a)	15	837	786	44.537	1.367	3.511
Cauções e Retenções Contratuais (b)	-	-	-	46.837	42.557	30.142
	2.212	2.744	4.646	318.885	229.350	159.625

(a) Para a controladora, refere-se principalmente a fornecedores de serviços administrativos e para o consolidado refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte do Grupo CCR. Em média, é retido 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

28. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

	01/01/2009		31/12/2009		31/12/2010	
	Saldo Inicial	Constituição de provisão a AVP	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Total
Circulante						
Provisão de manutenção	66.425	17.466	8.362	(84.224)	224.027	232.056
Não circulante						
Provisão de manutenção	343.400	78.464	51.769	-	(224.027)	249.606

O saldo de abertura, na data de transição, e os novos projetos com início de provisão durante o exercício de 2009 foram trazidos a valor presente à taxa de 14,75% ao ano e os projetos com início de provisão no exercício de 2010 foram trazidos a valor presente à taxa de 12,34% ao ano. A taxa utilizada refere-se à taxa de mercado para estes períodos.

Em 31 de dezembro de 2010 o montante provisionado corresponde a R\$ 681.850 do fluxo de caixa nominal dos projetos (R\$ 675.728 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 642.006 em 1º de janeiro de 2009).

Para uma descrição da natureza das obrigações provisionadas acima, bem como da indicação das incertezas relacionadas, vide notas explicativas nº 3 e 4 (item "I").

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

É constituída à razão de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado é de 441.396.800 ações ordinárias.

Em 22 de outubro de 2009 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social de 33.300.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, passando de 403.101.800 para 436.401.800 ações ordinárias.

Em 17 de novembro de 2009 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de capital social de 4.995.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, em razão do exercício da Opção de Lote Suplementar pelo Banco BTG Pactual S.A., passando de 436.401.800 para 441.396.800 ações ordinárias. O preço de cada ação foi definido em R\$ 33,00 (trinta e três reais), através de processo de "bookbuilding" aprovado em 22 de outubro de 2009. Com a emissão de ações o capital social passou de R\$ 791.761 para R\$ 2.055.495.

b. Custo de captação

São os gastos relativos à oferta pública de ações. O montante desses gastos incorridos até 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 30.153 (R\$ 29.387 em 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 era zero).

c. Reservas de lucros

- Reserva legal
- É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- Reserva de retenção de lucros
- É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76).

Em 28 de abril de 2010, foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária a distribuição complementar de dividendos no montante de R\$ 101.521, correspondente a R\$ 0,23 por ação, relativos aos lucros do exercício de 2009, os quais haviam sido propostos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009. Deste montante, foi pago em 4 de maio de 2010 o valor de R\$ 101.518.

Em 17 de setembro de 2010, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$ 750.375, correspondente a R\$ 1,70 por ação, sendo R\$ 550.375 relativo ao saldo de Reserva de Retenção de Lucros existentes em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 200.000 relativos aos lucros apurados no 1º semestre de 2010, os quais foram disponibilizados em 30 de setembro de 2010.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR - CONSOLIDADO

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Contas a pagar - Aquisição da SPVias e Inovap 5 (a)	38.563	-	-
Receitas acessórias a apropriar	16.154	9.965	9.969
Comissões a pagar	10.466	4.441	11.970
Verbas contratuais	6.554	4.769	5.972
Indenizações a pagar	3.608	3.608	3.608
Provisão de custos com AVI	2.904	2.020	1.628
Adiantamento de clientes	1.192	1.505	592
Seguros a pagar	165	1.875	3.408
Outros	2.639	2.056	1.442
	82.245	30.239	38.589
Não circulante			
Contas a pagar - Aquisição da SPVias e Inovap 5 (a)	155.711	-	-
Receitas acessórias a apropriar	2.585	2.433	2.853
Outros	900	900	899
	159.196	3.333	3.752

(a) Refere-se a contas a pagar aos ex-controladores da SPVias e Inovap 5, o qual é atualizado pelo CDI e será pago em cinco prestações anuais, a partir de 2011.

26. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	01/01/2009		31/12/2009		31/12/2010	
	Saldo Inicial	Constituição de provisão	Realização	Total	Constituição de provisão	Aquisição SPVias
Circulante						
Cíveis - Indenização aos usuários da rodovia	-	88	-	88	655	(263)
Trabalhistas e previdenciárias	212	233	(311)	134	668	(84)
Tributárias	2.284	294	(1.015)	1.563	-	(1.563)
Total	2.496	615	(1.326)	1.785	1.323	(347)
Não circulante						
Cíveis - Indenização aos usuários da rodovia	6.406	7.586	(2.314)	11.678	7.570	2.762
Trabalhistas e previdenciárias	570	260	(22)	808	2.186	184
Tributárias	22	1	(23)	-	102	-
Total	6.998	7.847	(2.359)	12.486	9.858	2.946

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 119.014, em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 147.853, em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 192.488 em 1º de janeiro de 2009), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

Existem também outras contingências passivas relativas às questões cíveis e trabalhistas, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança, em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

Além de efetuar depósitos judiciais, as controladas NovaDutra, AutoBAn, RodoSul, ViaOeste, Ponte e ViaLagos contrataram fianças bancárias no montante de R\$ 93.373 para os processos em andamento.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

					Valores Brutos Liquidados			Efeito Acumulado					
					Moeda Local - Recebidos (Pagos)			Valores a receber / (recebidos)			Valores a pagar / (pagos)		
					31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
OPERAÇÕES EM ABERTO (VALOR JUSTO)													
OPÇÕES DE COMPRA													
ViaQuatro													
1	Posição ativa	Vários (1)(a)	20/07/2009	15/02/2023 (2)	Libor	-	-	7.853	15.689	-	-	-	-
	Posição passiva				Libor c/ "Cap" 4,5% a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-
NDF													
Rodoanel													
2	Posição ativa	Vários (3)	21/12/2009	13/11/2012 (4)	USD	-	-	-	-	-	16.906	3.485	-
	Posição passiva				Taxa Fixa de 1,9976 a 2,1763	-	-	-	-	-	-	-	-
3	Posição ativa	Vários (5)	17 a 24/11/2010	13/05/2011	USD	-	-	-	-	-	35.671	-	-
	Posição passiva				Taxa Fixa de 1,7815 a 1,8069	-	-	-	-	-	-	-	-
SWAP													
CCR													
4	Posição ativa	HSBC	26/02/2010	14/02/2011	USD+ 2,03% a.a.	-	-	-	-	-	2.057	-	-
	Posição passiva				100 % do CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
5	Posição ativa	CitiBank	23/04/2010	01/08/2014 (8)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	1.084	-	-	-	-	-
	Posição passiva				109,65 % do CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
6	Posição ativa	BTG Pactual	23/04/2010	01/08/2014 (8)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	819	-	-	-	-	-
	Posição passiva				109,6 % do CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
7	Posição ativa	BTG Pactual	28/04/2010	01/08/2014 (8)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	646	-	-	-	-	-
	Posição passiva				108 % do CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
8	Posição ativa	HSBC	23/04/2010	01/08/2014 (8)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	781	-	-	-	-	-
	Posição passiva				109,6 % do CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
9	Posição ativa	Merryl Lynch	28/04/2010	01/08/2014 (8)	IPCA + 7,5% a.a.	-	-	969	-	-	-	-	-
	Posição passiva				108 % do CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
Vialagos													
10	Posição ativa	HSBC Bank Brasil	20/08/2010	15/08/2011	USD + 2,2130% a.a.	-	-	-	-	-	6.098	-	-
	Posição passiva				103,4% do CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
ViaQuatro													
11	Posição ativa	Banco Bradesco	22/11/2010	11/01/2011	EUR + 3% a.a.	-	-	-	-	-	604	-	-
	Posição passiva				99,5% do CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
12	Posição ativa	Banco Bradesco	25/11/2010	11/01/2011	EUR + 4,6% a.a.	-	-	-	-	-	255	-	-
	Posição passiva				100% do CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
13	Posição ativa	Banco Bradesco	29/11/2010	11/01/2011	USD + 1,8% a.a.	-	-	-	-	-	873	-	-
	Posição passiva				99,5% do CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
14	Posição ativa	Banco Bradesco	22/12/2010	24/01/2011	EUR + 1,7% a.a.	-	-	-	-	-	26	-	-
	Posição passiva				100% do CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
15	Posição ativa	Vários (3)	22/12/2009	15/11/2014 (6)	Libor + Spread de 3,5% a 3,75% a.a.	-	-	-	388	-	46.635	-	-
	Posição passiva				Taxa Fixa de 6,53% a 6,782% a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-
16	Posição ativa	Vários (3)	17/11/2014 (7)	15/05/2015	Libor + Spread de 3,5% a 3,75% a.a.	-	-	-	-	-	4.020	-	-
	Posição passiva				Taxa Fixa de 8,261% a 8,5777% a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-
17	Posição ativa	Vários (3)	15/05/2015 (7)	16/11/2015	Libor + Spread de 3,5% a 3,75% a.a.	-	-	607	-	-	-	-	-
	Posição passiva				Taxa Fixa de 7,33% a 7,6% a.a.	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL OPERAÇÕES EM ABERTO					-	-	-	12.759	16.077	-	113.145	3.485	-
OPERAÇÕES LIQUIDADAS (VALOR JUSTO)													
Ponte													
	Posição ativa					(6.125)	7.352	(9.431)	-	(7.352)	18.145	(854)	4.862 (9.431)
	Posição passiva					-	-	-	-	-	-	-	-
Vialagos													
	Posição ativa					3.838	-	(1.666)	(1.294)	1.283	33.597	-	(1.666)
	Posição passiva					-	-	-	-	-	-	-	-
ViaQuatro													
	Posição ativa					(7.425)	(10.062)	-	(1.585)	(555)	120	(9.010)	(10.485) 764
	Posição passiva					-	-	-	-	-	-	-	-
Rodoanel													
	Posição ativa					(24.845)	-	-	-	-	(24.845)	-	-
	Posição passiva					-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL OPERAÇÕES LIQUIDADAS					(34.557)	(2.710)	(11.097)	(2.879)	(6.624)	51.862	(34.709)	(5.623)	(10.333)
TOTAL OPERAÇÕES					(34.557)	(2.710)	(11.097)	9.880	9.453	51.862	78.436	(2.138)	(10.333)

- (a) O valor apontado como nocional refere-se ao valor justo do prêmio pago pelas opções na data destas demonstrações financeiras.
- (1) As contrapartes são: Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentina, S.A., WestLB AG, New York Branch , Espirito Santo Investment P.L.C , Societe Generale/Paris
- (2) As opções de compra estão divididas em cinquenta e quatro tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com o primeiro vencimento em agosto de 2009.
- (3) As contrapartes são: Calyon - New York Branch, Banco Espirito Santo S.A., Caixa Banco de Investimento, S.A..
- (4) As NDF estão divididas em quatro vencimentos, sendo eles para maio e novembro de 2011 e de 2012.
- (5) As contrapartes são: Calyon - New York Branch, Banco Espirito Santo S.A., Caixa Banco de Investimento, S.A., Merrill Lynch, Itaú BBA S.A., HSBC Bank Brasil S.A., BTG pactual, Credit Agricole, Bradesco S.A..
- (6) Os contratos de swap estão divididos em 8 vencimentos , sendo eles para maio e novembro de 2011 a 2014.
- (7) A operação não apresenta valor de curva pois tratam-se de contratos de swap a termo e portanto ainda não se iniciaram efetivamente.
- (8) Os contratos de Swap possuem vencimentos intermediários em agosto de 2011 a 2013.

Todos os instrumentos financeiros derivativos das controladas e controladas em conjunto foram negociados em mercado de balcão. As controladas e controladas em conjunto registraram resultados com instrumentos financeiros derivativos nos exercicios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, conforme o quadro abaixo:

Despesas com instrumentos financeiros derivativos

		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009
Derivativos com propósito de proteção			
Riscos cambiais		(71.452)	(61.005)
Riscos de juros		(73.004)	(1.099)
Total		(144.456)	(62.104)

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que para os cenários A e B, as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Os valores abaixo refletem o efeito no resultado do exercício em cada um dos cenários, caso as parcelas de principal e juros reconhecidos até a data do balanço não sejam protegidas por novos contratos de hedge além dos já existentes.

Análise de Sensibilidade de Variações de Moeda Estrangeira

		Consolidado - Efeito em R\$ no resultado				
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%		
Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco			
ViaQuatro						
Divida em USD - BID	Fevereiro de 2023	261.195	Aumento da cotação do USD	- (65.299)	(130.597)	
Fornecedor - USD						
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Janeiro de 2011	15.971	Aumento da cotação do USD	- (3.993)	(7.986)	
Fornecedor - EUR	Janeiro de 2011	20.028	Aumento da cotação do EUR	- (5.936)	(8.020)	
SWAP EUR x CDI (Ponta ativa)	Janeiro de 2011	(20.028)	Diminuição da cotação do EUR	- 5.936	8.020	
			Efeito de Ganho ou (Perda)	- -	-	
Rodoanel						
Divida em USD - BID	Novembro de 2024	833.100	Aumento da cotação do USD	- (208.275)	(416.550)	
NDF	Maio de 2012	(967.915)	Diminuição da cotação do USD	- 145.575	387.554	
			Efeito de Ganho ou (Perda)	- (62.700)	(28.996)	
ViaLagos						
CCB em USD	Agosto de 2011	67.057	Aumento da cotação do USD	- (16.764)	(33.528)	
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Agosto de 2011	(67.057)	Diminuição da cotação do USD	- 16.764	33.528	
			Efeito de Ganho ou (Perda)	- -	-	
CCR						
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Fevereiro de 2011	(12.686)	Diminuição da cotação do USD	- 3.171	6.343	
			Efeito de Ganho ou (Perda)	- 3.171	6.343	
				- (124.828)	(153.250)	

- (1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Metodologia de cálculo empregada nos cenários:

- Dívidas e Financiamentos não atrelados a derivativos

Para as dívidas não atreladas a operações de hedge foi estabelecido o dólar (Ptax 800, venda) de 31 de dezembro de 2010, cuja taxa é de R\$ 1,6662, como base do cenário provável. Por esse motivo não há efeitos no resultado do exercício nesse cenário. Para os cenários A e B, a taxa do dólar acima foi aumentada em 25% e 50%, sendo os valores obtidos de R\$ 2,0828 e R\$ 2,4993, respectivamente. Os valores demonstrados nos cenários A e B correspondem à variação das taxas de câmbio entre o cenário provável e os outros cenários, aplicada aos saldos de balanço das exposições na data dessas demonstrações financeiras.

- Dívidas e financiamentos atrelados a derivativos

NDF (Non deliverable forward): Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas demonstrações financeiras. Como os valores já estão registrados nas demonstrações financeiras, não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário. Para os cenários A e B, a taxa de R\$ 1,6662, utilizada no cenário provável, foi adicionada em 25% e 50%, respectivamente, sendo que os valores demonstrados nos referidos cenários correspondem à variação entre a taxa do cenário provável e as taxas consideradas para os cenários A e B, quais sejam R\$ 2,0828 e R\$ 2,4993, aplicadas sobre o valor de cobertura. Abaixo estão demonstrados os valores de cobertura:

		Data de Vencimento	Valor de cobertura em R\$ mil
Empresa			
Rodoanel	Maio/2011		861.240
Rodoanel	Novembro/2011		30.306
Rodoanel	Maio/2012		38.205
Rodoanel	Novembro/2012		38.164
			967.915

Swap: Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas demonstrações financeiras (R\$ x USD = 1,6662, R\$ x EUR = 2,2280). Por esse motivo não há efeitos no resultado do exercício nesse cenário. Para os cenários A e B, as taxas definidas no cenário provável foram acrescidas em 25% e 50%, respectivamente, sendo que os valores demonstrados nos referidos cenários correspondem à variação entre a taxa de câmbio do cenário provável e as dos outros cenários, aplicadas sobre os valores de cobertura. Abaixo estão demonstrados os valores de cobertura e as taxas utilizadas em cada cenário:

		Valor de cobertura em R\$ mil	Moeda	Taxas Cenário A	Taxas Cenário B
Empresa					
ViaLagos	Agosto/2011	67.057	USD	2,0828	2,4993
ViaQuatro	Janeiro/2011	15.971	USD	2,0828	2,4993
	Janeiro/2011	20.028	EUR	2,7850	3,3420
CCR	Fevereiro/2011	12.686	USD	2,0828	2,4993

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro abaixo, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2011. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data destas demonstrações financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros

		Consolidado				
		Exposição em R\$ (6)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%	
Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas			
Passivos Financeiros						
Empréstimo BID	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Fevereiro de 2023	ViaQuatro	261.195 (6.417)	(6.719)	(7.021)
Hedge (opções) de taxa de juros (7)		Fevereiro de 2023	ViaQuatro	- -	-	-
Efeito líquido						
Empréstimo BID	Aumento da Libor de 6 meses (5)	Novembro de 2023	RodoAnel	833.100 (6.417)	(6.719)	(7.021)
Hedge (Swap) de taxa de juros	Diminuição da Libor de 6 meses (5)	Novembro de 2014	RodoAnel	- 34.682	35.644	36.607

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais)

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o aumento do tráfego futuro previsto e, consequentemente, gerar receitas adicionais para as concessionárias.

c. Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão

A prática contábil prevista no ICPC 01 é a de não registrar o ativo transferido pelo Poder Concedente.

d. Outorga Variável e Obras a executar

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Obras a executar - ViaOeste(1)	8.713	9.546	10.254
Outorga variável - SPVias (2)	30.296	-	-
Não Circulante	39.009	9.546	10.254

(1) Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias, para a Companhia.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 11, de 8 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R\$ 98.303, a Companhia deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a Companhia passou a depositar o ônus fixo.

(2) Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 15, de 10 de outubro de 2007, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições na equação econômico financeira, o Poder Concedente autorizou compensação parcial do ISSQN nos valores da outorga variável correspondente ao período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2005, estes valores foram diferidos para pagamento nos anos 2012 e 2013 (13 e 14 da concessão).

36. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em complementação às Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidado destas demonstrações financeiras, abaixo apresentamos abertura das informações relativas aos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, decorrente da compra de 45% da Controlar S.A. no período:

Caixa e bancos				
Aplicações financeiras				
Contas a Receber				
Impostos a recuperar				
Despesas antecipadas				
Outras contas a receber				
Imobilizado				
Intangível				
Diferido				
Empréstimos				
Arrendamento Mercantil				
Fornecedores				
Impostos e contribuições e recolher				
Obrigações sociais e trabalhistas				
Outras contas a pagar				
Ágio na aquisição				
Caixa da Controlada				
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da Controlada				

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de fevereiro de 2011, a controlada ViaOeste firmou instrumento particular de escritura da 3ª emissão de 150 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 150.000, em série única, com vencimento semestral do principal e dos juros, a partir de 20 de agosto de 2011 até 20 de fevereiro de 2015. As debêntures são remuneradas à variação acumulada de 110,50% a.a. do CDI.

Conselho de Administração

Eduardo Borges de Andrade Presidente do Conselho	Francisco Caprino Neto Vice-Presidente do Conselho	Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes Conselheira Independente	Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna Conselheira	Gilberto Audelino Correa Conselheiro Independente
Gustavo Pellicciari de Andrade Conselheiro	Henrique Sutton de Sousa Neves Conselheiro	Marcelo Pires Oliveira Dias Conselheiro	Paulo Roberto Reckziegel Guedes Conselheiro	Ricardo Coutinho de Sena Conselheiro

Diretoria

Renato Alves Vale Diretor-Presidente	Márcio José Batista Diretor Vice-Presidente	Ítalo Roppa Diretor Vice-Presidente	José Braz Cioffi Diretor Vice-Presidente	Hélio Aurélio da Silva Contador CRC 1SP129452/O-3
Antonio Linhares da Cunha Diretor	Arthur Píotto Filho Diretor e Diretor de Relações com Investidores	Leonardo Couto Vianna Diretor	Marcus Rodrigo de Senna Diretor	Paulo Yukio Fukuzaki Diretor

Contador

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
CCR S.A. (anteriormente denominada Companhia de Concessões Rodoviárias)
São Paulo-SP

1. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CCR S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board-IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CCR S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board-IASB* e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

8. Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da CCR S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção pela manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que para fins de IFRS deveria ser registrado totalmente nos resultados.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

9. Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de março de 2011



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da CCR S.A. ("CCR"), no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Relatório da KPMG Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer do Comitê de Auditoria, emitidos em 11 de março de 2011, manifesta-se por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, que estão em condições de serem votadas pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Adalgiso Fragoso de Faria

São Paulo, 11 de março de 2011

Newton Brandão Ferraz Ramos

José Valdir Pesce